

# FOLHA DE S. PAULO

## Inspeção no TJ-SP é 'policialesca', diz entidade

Para presidente de associação de magistrados,  
devassa invade a autonomia do tribunal

O presidente da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) Henrique Nelson Calandra afirmou que a inspeção realizada pela corregedoria do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) no Tribunal de Justiça de São Paulo configura "uma invasão à autonomia" do tribunal, é "policialesca" e "truculenta".

A corregedoria iniciou ontem uma devassa nos registros do tribunal para investigar supostos pagamentos ilegais a magistrados e a eventual evolução patrimonial de desembargadores incompatível com suas rendas.

As apurações recaem sobre o período da gestão do desembargador Antonio Carlos Viana Santos, que morreu no final de janeiro deste ano.

Além de membros da corregedoria, a inspeção é feita por auditores do TCU (Tribunal de Contas da União), da Receita Federal e do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), órgão do Ministério da Fazenda.

Ontem Calandra disse que "a investigação do CNJ deveria ser precedida de um pedido de explicações àqueles que são os envolvidos. Esse modo policialesco de ingressar em um tribunal independente é mais um ato de violação à Constituição".

"É uma atitude truculenta, inadequada e desrespeitosa com um tribunal que é o maior do país", completou.

07 DEZ 2011

A AMB é autora de uma ação no STF (Supremo Tribunal Federal) para restringir o poder de investigação do CNJ. O processo está na pauta de julgamento do STF.

O atual presidente do TJ, José Roberto Bedran, informou ontem, por meio de assessoria de imprensa, que a corregedoria do CNJ realizará inspeções do mesmo tipo em diversos tribunais do país e a direção da corte só se manifestará após a conclusão das apurações.

# FOLHA DE S. PAULO

# Senado aprova indicação de Rosa Weber para o STF

07 DEZ 2011

**Nova ministra quer maior rapidez processual e punições  
Weber defende atuação mais duras a juízes**

**do Supremo em casos polêmicos e afirma que o tribunal só age quando é provocado**

Na sabatina do Senado que a aprovou ontem para ocupar a 11ª cadeira do STF (Supremo Tribunal Federal), Rosa Maria Weber defendeu medidas para acelerar o cumprimento de decisões judiciais.

Ela elogiou a proposta do presidente da corte, Cezar Peluso, para que condenações sejam cumpridas já a partir da segunda instância.

Sua sabatina durou mais de seis horas, mas sem qualquer polêmica. Os parlamentares não pouparam elogios à ministra, vinda do Tribunal Superior do Trabalho após indicação da presidente Dilma.

A todo momento, elogiavam a "retidão", "seriedade" e "serenidade" de Weber.

Sobre o debate de agilização processual, ela disse que todos os tratados internacionais afirmam que as pessoas devem ter garantido o direito de recorrer uma vez. Mas no Brasil existe, na prática, a possibilidade de recorrer três vezes até que alguém condenado em primeira instância passe a cumprir sua pena.

Questionada sobre as suspeitas de corrupção contra juízes, disse que tais casos são minoritários no Judiciário, mas precisam ser punidos.

"A corrupção é inerente à natureza humana. Assim como a bondade e a moralidade. Em todo Poder existem os bons e os maus, os que cumprem e os que não cumprem."

Para que as punições se tornem mais severas, ela defendeu mudanças na Lei Orgânica da Magistratura Nacional, segundo a qual a pena máxima de um juiz é a aposentadoria compulsória, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço.

Weber também defendeu a atuação do Supremo Tribunal Federal, que recebeu críticas de diversos senadores por aquilo que foi chamado de "ativismo judicial".

Argumentou que a corte tem decidido com "enorme prudência". "O Judiciário não age de ofício. Só provocado. E é procurador-geral da República que tem levado esses temas candentes à corte."

A ministra argumentou que a própria Constituição define que o Supremo pode ser questionado em caso de "omissão injustificável do poder Legislativo", como quando o tribunal afirmou que, em caso de greve no serviço pú-

blico, os servidores devem ser regidos pela lei que trata do tema na iniciativa privada.

Rosa Weber também explicou sua atuação favorável aos trabalhadores, ao dizer que o direito trabalhista nasceu em razão de uma desigualdade entre as partes envolvidas no conflito, para "reequilibrar os pratos da balança".

Disse que não se sente impedida de julgar qualquer caso em discussão no STF e que se sente tranquila sobre sua carreira: "É muito bom colocar a cabeça à noite no travesseiro e dormir tranquilamente. E eu durmo muito bem".

## **RAIO-X ROSA MARIA WEBER, 63**

### **ORIGEM**

Nasceu em Porto Alegre, em 2/10/1948

### **FORMAÇÃO**

Direito pela UFRGS em 1971

### **CARREIRA**

- 1975 - inspetora no Ministério do Trabalho
- 1976 - torna-se juíza do Trabalho
- 1991 - chega ao TRT
- 2006 - indicada por Lula, torna-se ministra do TST
- 2011 - é escolhida por Dilma para integrar o STF

# FOLHA DE S. PAULO

FERNANDO RODRIGUES

ANÁLISE

**Sabatina revela pouco sobre como vai atuar nova ministra**

07 DEZ 2011

Eram 9h39 da manhã quando o presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), deu início à sabatina de Rosa Maria Weber Candiota da Rosa.

A sessão esclareceu poucos aspectos relevantes sobre como atuará a próxima ministra do STF. Sabe-se que ela prefere usar o nome de solteira (Weber e não Candiota da Rosa) e que sua "mãezinha de 94 anos", segundo apurou um senador, ainda dirige.

Em sua fala inicial, Rosa Weber citou o indiano Amartya Sen. Vários senadores então passaram a mencionar o Nobel de economia de 1998.

Na hora de fazer suas perguntas, Eduardo Suplicy (PT-SP) estava preparado. Havia buscado um livro de Sen para mostrá-lo enquanto elogiava a futura integrante do STF.

A CCJ tem 23 senadores titulares. Ontem, 17 pediram a palavra. Nessas horas, até a oposição fica mais comedida.

Álvaro Dias (PSDB-PR) chegou a falar sobre um eventual óbice, a formação de Rosa Weber na Justiça do Trabalho não seria adequada para o STF. Mas logo emendou: "Eu não assino embaixo dessa afirmação".

Elogios saíram da boca de todos. O relator do processo, Romero Jucá (PMDB-RR), puxou a fila: Não tenho nenhum questionamento a fazer. Solicito à Casa que apoie [a indicação] por unanimidade".

Sérgio Petecão (PMN-AC) tinha pouco a perguntar: "De minha parte, só tenho a lhe desejar sorte". E revelou ter colocado no Facebook uma frase de Rosa Weber.

Inácio Arruda (PC do B-CE) louvou o fato de Rosa ser egressa da Justiça do Trabalho. Como comunista, disse achar uma boa ideia que a composição dos tribunais fosse com 50% de trabalho e 50% de capital.

Inscreeveu-se para perguntar um senador de fora da CCJ, Vicentinho Alves (PR-TO). Na sua vez, não perguntou. Fez três minutos de elogios, lendo-os de uma página que segurava nas mãos.

Para Eduardo Suplicy (PT-SP) a sabatina foi "uma das melhores em conteúdo". A sabatina durou 6 horas e 31 minutos.

# FOLHA DE S. PAULO

**Justiça condena  
estudante por  
agredir professora**

**07 DEZ 2011**

**DE PORTO ALEGRE** - O estudante de enfermagem Rafael Soares Ferreira foi condenado ontem pelo Tribunal do Júri de Porto Alegre a dez anos e seis meses de prisão por agredir a professora Jane Mauss com cadeiradas e socos em novembro do ano passado.

Ele nega que tenha tentado matá-la. No processo, disse que começou o ataque após ser agredido por um segurança.

## **PAINEL**

**Cracolândia** O plano que Dilma anunciará hoje contra o crack terá R\$ 45 milhões para turbinar o serviço de abordagem de dependentes, feito pelo Ministério de Desenvolvimento Social. Serão montadas 308 equipes, inclusive em São Paulo.

## **PAINEL**

**Ah, é?** Ao tomar conhecimento do lobby de Clésio Andrade (PR-MG) e Zezé Perrella (PDT-MG) para, em troca da aprovação da DRU, emplacar a mineira Assusete Magalhães no STJ, Dilma disse, em privado, que as chances da candidata evaporaram.

## **MÔNICA BERGAMO CAMINHO LIVRE**

O Superior Tribunal de Justiça concedeu habeas corpus em favor de crianças e adolescentes de Cajuru (298 km de SP), onde um toque de recolher os impedia de andar nas ruas sem os pais depois das 23h. O recolhimento foi questionado pela Defensoria Pública.

## **MONICA BERGAMO**

**Eros Grau** lança hoje "Paris, Quartier Saint-Germain-des-Près". Às 19h, na Livraria da Vila da Lorena.

07 DEZ 2011

FOLHA DE S. PAULO

# Lei que criminaliza a homofobia pode abrir exceção para cultos

A senadora Marta Suplicy diz que o projeto não se aplicaria à manifestação decorrente da fé

**Texto foi modificado pois foi chamado de 'lei da mordaca' por religiosos; substitutivo será analisado amanhã**

Relatora do projeto que criminaliza a homofobia, a senadora Marta Suplicy (PT-SP) fez concessões aos segmentos religiosos para tentar aprovar a proposta na Comissão de Direitos Humanos do Senado.

O texto que será analisado amanhã protege os cultos da criminalização. Pela proposta, a lei "não se aplica à manifestação pacífica de pensamento decorrente da fé e da moral fundada na liberdade de consciência, de crença e de religião".

Essa era a principal resistência de evangélicos e católicos que temiam que falas em atos religiosos contra a homossexualidade pudessem ser tratadas como crime. Eles chamavam a proposta de "lei da mordaca" e sustentavam que ela feria a liberdade de expressão.

A senadora discutiu esse

ponto com a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) e, segundo ela, recebeu aval da Igreja Católica para colocar o projeto em votação. Procurada, a CNBB disse que não se manifestaria, pois ainda não leu o texto.

## PROJETO

A proposta transforma em crime atos de discriminação contra gays. Ela define em lei crimes resultantes de preconceito de sexo, orientação sexual ou de identidade de gênero em situações no mercado de trabalho, em relações de consumo, prestação de serviço público, além de indução à violência.

A bancada evangélica do Senado, no entanto, ainda não definiu sua posição. Segundo o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), um dos líderes evangélicos, a mudança não viabiliza acordo. Ele disse que a ideia era um projeto que proibisse o preconceito para proteger qualquer tipo de orientação sexual, mas não houve consenso.

O projeto de Marta retoma a previsão de reclusão de três anos para "quem deixar de contratar ou nomear alguém ou dificultar sua contratação, ou nomeação, quando atendidas as qualificações exigidas para o posto de trabalho, motivados por preconceito de sexo, orientação sexual ou identidade de gênero".

O texto original incluía a palavra "praticar", mas não consta no substitutivo.

Marta reconheceu que este não é o texto ideal. "Se esperar um consenso, não teria condição de passar. Vamos ver o que conseguimos aprovar e fazer o projeto andar."

Se aprovado, o projeto será avaliado pela Comissão de Constituição e Justiça e, na sequência, pelo plenário. Caso aprovada, voltará à Câmara dos Deputados, onde teve origem, para nova votação.

**O substitutivo não é o ideal [...], não estamos 100% satisfeitos, mas não temos força para passar uma lei que realmente criminalize a homofobia. Depois vamos negociando**

**JONI REIS**  
presidente da ABGLT  
**Isso [a mudança] descaracteriza totalmente a proposta. Quando você abre uma concessão, banaliza outros itens do projeto. Não dá para abrir mão do texto original**

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MURÁ

07 DEZ 2011

## DEMETERCO ENXERGA FALHAS CRASSAS NO LIVRO DE MAGNOLI

Leitor atento da história mundial do século 20, o desembargador Antenor Demeterco é um ativo analista de falhas crassas de certas obras que correm à solta sem contestações. Escreveu em setembro ao escritor Demétrio Magnoli, corrigindo seu livro *Liberdade versus Igualdade*.

De saída, desmonta o livro: "Protocolos dos Sábios de Sião: não são um documento, mas falsificação ocultista nascida na França". E mais rechaça Demeterco: a afirmação de que o Governo Petain "fugiu para Vichy" não tem sustentação histórica.

Convido o leitor acompanhar esse exercício de fidelidade aos fatos reais:



Demétrio Magnoli:  
Demeterco aponta erros

## PESQUISA COM FALHAS

"Curitiba, 12-9-2011

Meu caro Demétrio Magnoli:

Tomo a liberdade de escrever a Vossa Senhoria com a melhor das intenções.

Li inteiramente o seu brilhante livro "*Liberdade versus Igualdade*", e tenho certeza que será lido por milhares de leitores, ante a narração histórica imparcial.

Verdadeira reportagem fidedigna sobre arte, economia, regimes políticos, etc.

A pesquisa referente ao nazismo apresenta lapsos que merecem correções, e passo a apontá-las, com a única intenção de aperfeiçoar a sua brilhante obra:

1) Tenho notícia que Hitler não foi "anistiado", mas beneficiado por um "sursis", o que é diferente (cf. fls. 257). Teve "bom comportamento" e inexplicável cômoda prisão.

2) O incêndio do Reichstag foi atribuído a um cidadão com algum envolvimento comunista. E talvez com desequilíbrio mental.

Tal constatação "justificou" medidas persecutórias contra o comunismo (cf. fls. 265). Era o autor do incêndio egresso do PC, e pertencente ao grupo dissidente "Comunistas Internacionais".

3) O chefe da S.A era, realmente, Ernest Rohm, cf. fls. 278.

Gregor Strasser não era o chefe da S.A., cf. fls. 265.

**CONTINUA**

07 DEZ 2011

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### CONTINUAÇÃO

#### FECHAMENTO DA SA

Acredito que não houve "fechamento" da S.A. após o expurgo, sendo que sobreviveu domesticada.

Seu novo chefe foi um tal de Viktor Lutze.

4) Os "Protocolos dos Sábios de Sião" não constituem um "documento notável" (fls. 270), mas uma falsificação ocultista fabricada na França, e decalcada do livro de Maurice Joly, "Diálogos nos Infernos, entre Maquiavel e Montesquieu" (1864).

5) O diplomata assassinado em Paris, surpreendentemente, não era nazista, ao contrário da informação de fls. 273, mas um cidadão que ali prestava serviços na Embaixada.

6) A afirmação de fls. 270, ao que tudo indica, é correta (Hitler não era um fanático da raça no sentido biológico).

Tal afirmação parece colidir com a de fls. 317: Era ele um "racista convicto".

7) É noticiado em seu livro que a obra publicada em 1945 não poderia sobreviver à prova do debate racial brasileiro da segunda metade do século XIX, cf. fls. 328-329. Haveria erro de século aí?

8) A afirmação de que o governo do Marechal Pétain fugiu para Vichy não tem sustentação histórica, cf. fls. 331.

Pétain lamentavelmente nunca fugiu de ninguém.

Tivesse fugido, sua memória histórica continuaria grandiosa.

Pétain não fugiu, instalou-se em Vichy com colaboração do inimigo. Se fugisse, com certeza ocuparia outro lugar na história da França.

#### NÚMEROS INCHADOS

9) O número de 4,5 milhões de soldados alemães, na invasão da URSS, é extremamente inchado.

Conheço informação de que dois ou até três milhões participaram da invasão. Lembro ao escritor que tais observações e constatações não são de um historiador, mas de um simples leitor.

Um revisor pode conferir o que afirmo. Desejo a V. Senhoria novos sucessos, para os volumes que virão.

Atenciosamente, Antenor Demeterco Júnior."

07 DEZ 2011

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# CNJ realiza última sessão ordinária do ano

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou ontem (06), sua 140ª sessão ordinária que será a última deste ano. A pauta de 75 itens incluiu processos sobre apuração de infração disciplinar, de magistrados e diversos outros assuntos, como o desconto de dias parados, em razão de greve, e pedidos de crédito suplementar para o Superior Tribunal de Justiça, Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Conselho Superior da Justiça Federal, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Superior Tribunal Militar e Tribunal Superior Eleitoral.

O caso do desconto dos dias parados (Pedido de Providências nº 0005713-97.2011.2.00.0000) será relatado pelo conselheiro Sílvio Luis Ferreira da Rocha e envolve recurso do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal de Pernambuco (Sintrajuf) contra deliberação administrativa do pleno do TRT da 6ª região que determinou o desconto dos dias da greve de servidores deflagrada em 18 de outubro deste ano. Já o parecer sobre crédito suplementar (Parecer de Mérito nº 0005809-15.2011.2.00.0000) será relatado pelo conselheiro Jefferson Kravchychyn.

Houve ainda um pedido para que o CNJ determine ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a inclusão dos honorários advoca-

tícios no pagamento de precatórios (Pedido de Providências nº 0004308-26.2011.2.00.0000, relatado pelo conselheiro José Guilherme Vasi Werner). No Pedido de Providências nº 0004690-19.2011.2.00.0000, a Ordem dos Advogados do Brasil pede a anulação de decisão de uma magistrada do Rio Grande do Sul que reduziu o valor dos honorários advocatícios pactuando entre as partes.

Os conselheiros analisaram também uma proposta de estabelecimento de normas gerais para a execução de medidas socioeducativas, relatada pelo conselheiro Tourinho Neto (Ato Normativo nº 0005240-14.2011.2.00.0000). Outro ponto da pauta são pedidos de padronização dos sistemas eletrônicos de tramitação processual dos tribunais, (Comissão 0002272-11.2011.2.00.0000 e Pedido de Providências nº 0004486-72.2011.2.00.0000) relatados pelo conselheiro Wellington Cabral Saraiva.

O conselho voltou a analisar a possibilidade de o Poder Judiciário utilizar as parcerias público-privadas (PPP) para a realização de obras. O processo (Consulta nº 0002583-36.2010.2.00.0000), relatado pelo conselheiro José Guilherme Vasi Werner, estava com vista ao conselheiro Tourinho Neto.



O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, participa da última sessão do ano do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)



# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

NOMEAÇÃO 07 DEZ 2011

## Futura ministra do STF é sabatinada no Senado

Rosa Maria Weber deve integrar

Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal

**I**ndicada pela presidenta Dilma Rousseff para o Supremo Tribunal Federal (STF), a gaúcha Rosa Maria Weber, de 63 anos, foi sabatinada ontem (6), pela manhã, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. Ela ocupará a vaga de Ellen Gracie que se aposentou em 8 de agosto. Rosa Maria será a terceira mulher indicada para um dos assentos da Suprema Corte – a primeira foi Ellen Gracie e a segunda, Cármen Lúcia.

Uma vez aprovada a indicação de Rosa Maria, os senadores se reúnem e encaminham o parecer ao plenário do Senado para nova votação. Com o nome aprovado pelo Senado, a ministra deve integrar a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal compondo o grupo dos ministros Marco Aurélio Mello, Cármen Lúcia, José Antônio Dias Toffoli e Luiz Fux. O todo, 11 ministros integram o STF. O presidente da Suprema Corte é o ministro Cezar Peluso.

Desde 2006 no Tribunal Superior do Trabalho (TST), Rosa Maria é juíza do trabalho há 35 anos e consolidou decisões em defesa dos direitos sociais e das minorias. A primeira função pública dela foi como inspetora do Ministério do Trabalho no Rio Grande do Sul.

A votação da indicação da futura ministra do STF ocorre no

momento em que os ministros da Suprema Corte se queixam de estar sobrecarregados, pois a aposentadoria de Ellen Gracie levou os demais dez integrantes da Casa à acumulação de processos.

Porém, em geral, os julgamentos no STF ocorrem sem todos os ministros presentes. O ministro Joaquim Barbosa, que sofre com problemas de coluna, ausentou-se de algumas sessões em decorrência de tratamento médico.

Durante a recapitulação, Rosa Maria Weber defendeu a atuação independente do Judiciário.

"Da dignidade do juiz depende a dignidade do próprio direito", destacou a ministra. "O juiz deve aplicar a lei com isenção, livre de pressões e com independência", completou, durante discurso de cerca de 30 minutos. Além disso, para ela, a Justiça tem atuado de maneira mais célere devido, principalmente, à informatização dos processos.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), defendeu a aprovação do nome da ministra, argumentando que o currículo dela "mostra o acerto da indicação de seu nome, feita pela presidenta da República".

07 DEZ 2011

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Projeto que altera distribuição de royalties é questionado no STF

Deputados federais do Rio de Janeiro e do Espírito Santo impetraram dois Mandados de Segurança (MS 31031 e 31034), com pedido do liminar, no Supremo Tribunal Federal (STF), visando impedir que o Congresso Nacional delibere sobre projeto de lei (PL) que altera a distribuição da participação especial e dos royalties oriundos da produção de petróleo entre os estados e a União. Para os parlamentares, o processo legislativo que levou à aprovação da proposta no Senado, e seu consequente envio à Câmara, possui vícios de inconstitucionalidade, por afrontar o Estado Democrático de Direito e o modelo federativo brasileiro.

Mais conhecido como Projeto de Lei do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), o PLS 448/11, questionado no STF, modifica as duas leis que regulamentam a produção de petróleo no Brasil (Lei 9.478/97, sobre o regime de concessão, e Lei 12.351/2010, sobre o regime de

partilha), para determinar novas regras de distribuição entre os entes da federação dos royalties e da participação especial resultantes da exploração do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos. A proposta já foi aprovada pelo Senado Federal e agora tramita na Câmara dos Deputados (PL 2.565/11), podendo ser deliberada a qualquer momento, conforme destacam os autores na inicial, ao sustentar a necessidade de medida cautelar.

Segundo os deputados, a proposta fere o Estado Democrático de Direito, a constituição financeira e o modelo federativo brasileiro, pois uma eventual mudança na forma de rateio das participações levará a uma grave crise federativa, com cisão e confronto hostil entre os estados produtores e os não-produtores. Nesse sentido, os parlamentares sustentam que, por afrontar as referidas "limitações constitucionais", o projeto de lei

não pode ser deliberado no Congresso Nacional, conforme previsto no parágrafo 4º do artigo 6º da Constituição. Tal dispositivo prevê que "não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado" (inciso I).

### Exclusividade

Os autores do MS argumentam também que o projeto, ao reduzir o percentual de participação dos estados e municípios produtores no rateio e incluir entes não produtores na repartição, por meio de fundos, contraria o disposto no parágrafo 1º do artigo 20 da Carta Magna. Tal dispositivo assegura aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios e à União participação na receita e compensações financeiras resultantes da exploração de petróleo e de outros recursos promovida no "respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica".

07 DEZ 2011

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### STF analisa tributos sobre crédito presumido do IPI

O Plenário do Supremo Tribunal Federal reconheceu a repercussão geral do recurso em que se discute a possibilidade de o crédito presumido do IPI, decorrente de exportações, integrarem a base de cálculo do PIS e da Cofins. No recurso, de relatoria do ministro Joaquim Barbosa, a União questiona decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região a qual entendeu que os créditos recebidos por uma empresa de equipamentos agrícolas não constituem renda tributável pelo PIS e Cofins quando derivados de operação de exportação.

Instituído pela Lei 9.363/96, o crédito presumido do IPI prevê o ressarcimento de valores pagos pelo produtor, relativos à incidência do PIS e da Cofins sobre as aquisições, no mercado interno, de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, que serão utilizados no processo produtivo dos bens destinados à exportação. A norma visa desonerar a cadeia produtiva, contribuindo assim com a competitividade das empresas brasileiras no mercado internacional.

A discussão sobre a possibilidade de incluir o crédito na base de cálculo dos tributos destinados ao custeio da Seguridade Social se dá à luz do dispositivo constitucional que prevê a não incidência de contribuições sociais sobre as receitas decorrentes de exportação (Inciso II, parágrafo 2º, artigo 149, da Constituição).

A questão envolve ainda outros dois artigos da Carta Magna: o 150, que limita a concessão de subsídios ou isenções tributárias, permitidos apenas mediante lei específica (parágrafo 6º) e o 195, o qual prevê que a Seguridade Social será financiada, em parte, pelas contribuições incidentes sobre a receita ou o faturamento de empresas.

Para o ministro Joaquim Barbosa, a discussão transcende os interesses das partes, "na medida em que há um expressivo número de empresas exportadoras que gozam do benefício fiscal cuja expressão econômica a União pretende tributar". "Do ponto de vista econômico e de comércio exterior, a definição da base de cálculo da Cofins e da contribuição ao PIS para as empresas exportadoras é relevante, na medida em que as exonerações tributárias são instrumentos importantes de calibração dos preços e, consequentemente, da competitividade dos produtos nacionais", destacou o relator, ao se manifestar pela existência de repercussão geral na matéria constitucional suscitada no recurso.

No Recurso Extraordinário levado ao Supremo, a União contesta o acórdão do TRF-4, sustentando que o crédito presumido do IPI enquadra-se no conceito de receita bruta, devendo, portanto, integrar a base de cálculo das contribuições ao PIS e Cofins devidas pela empresa exportadora.

07 DEZ 2011

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Prêmio Innovare será entregue no próximo dia 15

No próximo dia 15, serão premiados aqueles que se destacaram na inclusão social e no combate ao crime organizado no Judiciário em 2011. A cerimônia de entrega do Prêmio Innovare, que este ano chega à 8ª edição, será realizada no Supremo Tribunal Federal às 11h.

O prêmio tem a função de "identificar, premiar e disseminar" práticas inovadoras de tribunais, juízes, integrantes do Ministério Público, defensores públicos e advogados que estejam melhorando e "contribuindo com a modernização" da Justiça brasileira.

Em sua última edição, o Instituto Innovare concedeu a premiação especial ao Projeto Começar de Novo, do Conselho

Nacional de Justiça, que promove a ressocialização, reinserção e reintegração social de ex-presidiários e de pessoas encarceradas ou submetidas a penas alternativas.

Outras cinco iniciativas foram premiadas, com ações que vão da reorganização do Ministério Público à orientação da população ribeirinha sobre os direitos de quem é escalpelado nas embarcações utilizadas para navegação na região norte.

Nas sete edições do prêmio, foram agraciadas 35 iniciativas. Os vencedores de cada categoria (Advocacia, Juiz, Ministério Público, Prêmio Especial, Defensoria Pública e Tribunal) recebem R\$ 50 mil, troféus e placas de homenagem.

### Terminam inscrições para audiência sobre Lei Seca

Prosegue até as 20 horas do dia 9 de dezembro o prazo aberto pelo ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), para a inscrição de interessados em participar e indicar expositores nas audiências públicas sobre Lei Seca (Lei 11.705/08). O requerimento deve ser encaminhado exclusivamente para o e-mail [gabinete@stf.jus.br](mailto:gabinete@stf.jus.br).

A convocação de audiência pública foi feita pelo ministro no curso da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4103, e será realizada no primeiro semestre de 2012 para debater a temática objeto dessa ação. No processo, a Associação Brasileira de Restaurantes e Empresas de Entretenimento (Abrase) questiona dispositivos que proíbem a venda de bebidas alcoólicas à beira das rodovias federais ou em terrenos contíguos à faixa de domínio com acesso direto à rodovia.

# O ESTADO DE S. PAULO

ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA

## As ilusões

07 DEZ 2011

### da lei penal

**A**lguns senadores e deputados se especializaram no oferecimento de projetos de emergência, que estão criando o que se pode chamar de direito penal do pronto-socorro, que na realidade a nada socorre. O seu objetivo é afagar os eleitores, mostrando a sua preocupação para com situações que põem em risco bens e valores de grande relevância social. Assim, não se aprofundam na análise de tais situações, dos fatores desencadeadores do crime nem procuram mecanismos que possam colir a prática delituosa, mas, sim, elegem o caminho cômodo e enganoso das leis penais.

Em regra são projetos de lei que criminalizam condutas, agravam penas de crimes já existentes, estendem o alcance de tipos penais a novas situações e reduzem direitos e garantias individuais. Em duas décadas, aproximadamente, 200 novos delitos foram incluídos no nosso Direito Penal Positivo.

A previsão legal de condutas como criminosas, acompanhada das respectivas sanções, é providência considerada por esses parlamentares como panaceia para a aflitiva questão da criminalidade. Não extraem lições do fato delituoso. Não se importam em encontrar meios para remover os fatores criminógenos e evitar o crime. Limitam-se a lançar uma cortina de fumaça para embaçar a visão da sociedade.

A mídia, por sua vez, estimula essa cultura repressiva. O crime não é tratado como verdadeira tragédia que é. Ele é visto, sim, como um espetáculo, com destaque para os aspectos mais chocantes e impactantes, que se imagina serem os de maior apelo para a sociedade. Já o Congresso

serve como caixa de ressonância, desses apelos meramente demagógicos e, portanto, ineficazes. Dentre esses aspectos, um que está ligado às consequências do delito é a pena de prisão, considerada a única resposta possível para o crime.

A teatralização do fato criminoso impede que a sociedade aprenda com o próprio crime a adotar comportamentos ade-

#### **É assustador o aumento da criminalidade, não obstante a constante edição de leis punitivas**

quados que possam evitar ou diminuir sua incidência e minimizar seus efeitos. A análise do crime, das suas circunstâncias e, especialmente, das suas causas não consta da pauta da mídia e das preocupações da sociedade. Parece que o relevante é punir, e não evitar o crime.

Deve-se ter presente que a previsão legal de sanções penais não tem o condão de evitar a prática criminosa. A ameaça de prisão, a mais grave das sanções em nosso Direito, não inibe a prática delituosa. Fosse a prisão eficiente instrumento de intimidação, a lei penal teria estancado o aumento da criminalidade em nosso país. É, no entanto, vertiginoso e assustador o seu crescimento, não obstante a edição constante de leis punitivas.

Assim é no mundo. Nem sequer nos países onde a pena de morte é prevista e aplicada a escalada criminosa diminuiu.

As razões da falta de eficácia inibitória da lei penal ainda não foram devidamente detectadas. Mas é fato incontestável haver uma reação às leis que, de uma ou de outra forma, se divorciam da realidade e se distanciam do próprio querer social. Ademais, observa-se acentuada desobediência àquelas leis que apresentam grande desproporção entre a desvalia da conduta proibida e a sanção prevista.

Um exemplo recente de lei dissonante da realidade é a que pune o motorista que estiver dirigindo após ter ingerido determinada quantidade de álcool. Veio ela acompanhada de regulares bloqueios da Polícia Militar, prisões em flagrante, revistas pessoais, que contaram com ampla cobertura da televisão e de intenso noticiário jornalístico para dar ampla divulgação da repressão. No entanto, e não obstante, houve um considerável aumento dos acidentes de carro provocados por motoristas embriagados. Assim, toda a parafernália não serviu de exemplo nem intimidou os infratores.

Pois bem, em face do aumento desses acidentes, outros iluminados legisladores apresentaram agora novo projeto, desta feita prevendo penas elevadas, sem a previsão de dosagem mínima de teor alcoólico. Será a lei da tolerância zero para o álcool. Vale dizer, qualquer ingestão, mesmo insignificante, sujeitará o motorista à prisão. Assim, tanto o licor num bombom ou uma única taça de champanhe quanto uma elevada dose de ingestão de bebida conduzirão da mesma forma ao cárcere. Irão todos para a vala comum dos criminosos, tendo ou não provocado acidente. E serão presos com ou sem a prova da embriaguez. Com efeito, ainda que não haja o exame de bafômetro, o mero testemunho de um transeunte de que alguém lhe pareceu estar alcoolizado será suficiente como prova. Demagogia barata, irracionalidade, irresponsabilidade de legisladores que, infelizmente, contam com o apoio e o aplauso de autoridades não menos descomprometidas com o bom senso, com os princípios de direito e com os ideais de justiça.

**CONTINUA**

07 DEZ 2011

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Como afirmou com muita propriedade o editorial *Alcool zero para motoristas* (16/11, A3), do Estado, trata-se de "um projeto draconiano que não terá condições de tramitação e de ser afi-

nal sancionado". O mesmo texto alerta para o fato de que no ano de 2010 se assistiu ao maior índice de acidentes fatais no trânsito em 15 anos, o que não teria decorrido da leniência da lei, mas da carência de adequada fiscalização. Lembre-se que essa lei, em vigor há três anos, já é excessivamente rigorosa.

Há uma grande dificuldade em entender que a lei não muda condutas, mas sim a educação. E educação em seu sentido mais amplo: ser educado é ser ético, é saber distinguir o certo do errado, o justo do injusto, o moral do imoral, é ter compromissos com a sociedade, é ser solidário, é ainda conhecer os limites de sua liberdade, que residem no respeito aos direitos alheios. Esses valores antecedem a lei e dificilmente são praticados por imposição legal.

O medo da lei é insuficiente para que ela seja respeitada. É preciso que ela seja acatada por conter no seu bojo o que é eticamente adequado como reflexo do querer social.

\*

ADVOGADO CRIMINAL

16 NOV 2011

## O ESTADO DE S. PAULO

# 'Álcool zero' para motoristas

**D**entre as diferentes tradições do País em matéria de política legislativa, uma das mais criticadas pelos especialistas é a tendência do Congresso de propor mudanças açodadas nas leis pensis todas as vezes em que são cometidos crimes com grande repercussão popular. Como são feitas com o objetivo de cortejar a opinião pública e propiciar dividendos eleitorais a deputados e senadores, essas alterações legais costumam trazer mais problemas do que soluções.

Diante de acontecimentos impactantes – como, por exemplo, os crimes hediondos – os parlamentares procuram aumentar o rigor punitivo das normas penais, o que tende a desequilibrar o sistema de penas e a disseminar insegurança jurídica. O exemplo mais ilustrativo é a Lei dos Crimes Hediondos. Editada em 1990, ela foi tão mudada que acabou desfigurada.

Apesar das advertências dos juristas para esse problema, as chamadas "leis penais de emergência" continuam proliferando. A última proposta foi apresentada por um senador do PMDB capixaba. Alegando a necessidade de reduzir os acidentes de trânsito cometidos por motoristas alcoolizados, ele propôs um projeto que impõe a política do álcool zero para motoristas infratores e pune até quem não causa acidente de trânsito.

Aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, o projeto estabelece que, além do bafômetro, valerão como provas de

embriaguez evidências, vídeos e provas testemunhais.

Pela regra em vigor, o motorista pode se recusar a fazer o teste do bafômetro, pois a Constituição assegura ao cidadão o direito de não produzir provas contra si. Pelo projeto, que colide com a Carta neste ponto, quem se recusar a fazer o teste sofrerá sanções como se estivesse embriagado, podendo ser punido sem ter provocado acidente. Entre janeiro e outubro de 2011, 8,6 mil pessoas foram detidas por dirigir embriagadas em estradas federais. Se a obrigatoriedade do bafômetro estivesse em vigor, seriam 23 mil detidos. A di-

### Um projeto draconiano que não terá condições de tramitação e de ser afinal sancionado

ferença decorre do número de pessoas que foram autuadas, mas se recusaram a fazer o teste do bafômetro.

O projeto é tão drástico que, se for convertido em lei, poderá, em tese, levar à punição de quem comeu bômbom com licor ou consumiu uma dose de xarope. E as penas para os condenados variam de 6 meses a 3 anos de prisão. Se provocar acidente com lesão corporal, a pena é de 6 a 12 anos. E, se provocar morte, a condenação é de 8 a 16 anos de prisão. São penas superiores às previstas pela legislação criminal para delitos muito mais graves, o que não faz sentido. "A gente espera que com isso diminua o sentimento de impunidade que ainda existe entre os brasileiros", diz o autor do

projeto, Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

O discurso é pretensioso, mas o projeto não tem condição de ser sancionado, se passar pela Câmara com a mesma tramitação açodada que teve no Senado. Em primeiro lugar, o projeto padece de vícios jurídicos, na medida em que prevê penas desproporcionalmente severas em relação ao delito tipificado, releva para segundo plano o direito de defesa dos motoristas e permite a leigos fazer acusações indiscriminadas a motoristas. Em segundo lugar, o projeto de Ferraço é desnecessário. Entre outros motivos, porque a legislação vigente foi bem recebida pelos especialistas, está produzindo resultados importantes e vem sendo aplicada de modo exemplar pelos tribunais. Além disso, a legislação de trânsito foi revista e atualizada há três anos. Acompanhando a tendência mundial, ela tolera até 0,6 gramas de álcool por litro de sangue – o equivalente a dois copos de cerveja. Por fim, os especialistas afirmam que o crescimento de mortes no trânsito – foram 40 mil, em 2010, o maior índice em quinze anos – não decorre da leniência da lei, mas, acima de tudo, do relaxamento na fiscalização.

Bebida e direção são incompatíveis, não há dúvida. Mas, se a lei em vigor é considerada moderna e vem mudando progressivamente a cultura dos motoristas, por que modificá-la? Por que não ampliar a fiscalização, em vez de adotar punições exageradas e gerar situações de injustiça para quem dirigir sob o efeito de dosagens irrisórias de bebida?

07 DEZ 2011

## O ESTADO DE S. PAULO

# Menos Estado, mais cidadania

**A** liberdade de expressão é um direito fundamental e inalienável do ser humano e um requisito básico para a existência de uma sociedade democrática. Esse direito é incompatível com qualquer tentativa de tutela do Estado no que diz respeito, por exemplo, ao relacionamento dos cidadãos com os veículos de comunicação. Foi com base nesse princípio que no último dia 30 quatro ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) consideraram inconstitucional parte da legislação que estabelece a imposição de multa pecuniária a emissoras de televisão que exibam programas fora dos horários estabelecidos pela classificação indicativa definida pelo Ministério da Justiça.

Sem considerar o princípio geral de que numa sociedade democrática não cabe ao Estado tutelar o cidadão em seu livre-arbítrio, exercido nos limites da lei e do bom senso, a legislação sob exame do STF estabelece que cabe ao Ministério da Justiça, em caráter indicativo, sugerir o horário mais adequado para a exibição de programas de televisão, tendo em vista o que recomenda o Estatuto da Criança e do Adolescente. Como se trata, portanto, de uma medida de caráter indicativo e não impositivo, ela não autoriza o Estado a interferir na grade de programação das emissoras. Fica a critério destas acatar ou não a indicação oficial do horário mais adequado para a exibição do programa, sendo obrigadas, apenas, a anunciar essa indicação de modo claro ao telespectador. No caso de descon-

formidade entre a indicação recomendada e o horário da exibição do programa, caberá ao telespectador decidir o que fazer. Se confiar na recomendação oficial, não permitirá que crianças e jovens fora da faixa etária recomendada assistam ao programa, bastando para isso impor sua condição de adulto responsável.

Essa responsabilidade, a de educar, o que significa também inculcar valores éticos aos jovens, cabe precipuamente aos pais e responsáveis, e não ao Estado.

Está claro que a tendência moderna de os pais negligenciarem a necessidade de impor limites ao comportamento dos filhos

---

### **Emissoras de TV não podem ser multadas por programas exibidos fora do horário indicado**

---

contribui negativamente para a formação de pessoas adequadamente preparadas para o convívio social. Mas a responsabilidade de educar não pode ser delegada ao Estado, a não ser naquilo que lhe cabe, que é prover a sociedade de oportunidades para todos numa rede de ensino e pesquisa – pública e privada – apta a, suplementarmente, forjar cidadãos e, precipuamente, ministrar e desenvolver conhecimentos necessários à formação profissional em todos os campos da atividade humana.

Por outro lado, está claro também que muitas vezes as emissoras de televisão, movidas pela obsessão da conquista de audiência, indispensável ao faturamento comercial, negligenciam a responsabilidade de pautar

sua programação por conteúdos socialmente saudáveis, quando não permite que ela seja claramente nociva, não apenas a crianças e adolescentes, mas às pessoas em geral. É aí que se coloca a questão de saber quem deve decidir – para simplificar a questão – o que é ou não saudável ou nocivo num programa de televisão. Transferir essa responsabilidade para o Estado significa, pura e simplesmente, admitir a censura oficial, com todos os riscos que isso implica para as liberdades individual e política. É mais sensato confiar no discernimento dos próprios telespectadores, que têm o direito, e o poder, de escolher ao que desejam assistir mediante o simples manuseio de um controle remoto. Tudo aquilo que, em qualquer programação, for clamorosamente condenável – e isso significa que a opinião pública já se estará manifestando claramente contra a aberração – inevitavelmente acabará repercutindo de modo negativo para quem o veículo. Há claros exemplos disso na história recente da televisão brasileira.

Ao argumento de que o Estado deve atuar ativamente na proteção da família – observaram os ministros do Supremo – cabe contrapor o de que a lei civil e penal brasileira já dispõe de um amplo e eficiente instrumental para esse fim – que sempre poderá ser aperfeiçoado toda vez que as demandas sociais o exigirem. Finalmente, concluíram os ministros, o princípio fundamental do sistema democrático de governo não é atribuir ao Estado o poder de controlar o cidadão. É exatamente o contrário.



# O ESTADO DE S. PAULO

## Senado 07 DEZ 2011

# aprova nova ministra do Supremo

Indicada por Dilma, Rosa Weber enfrentou questionamentos da oposição por 6 horas

Com o PMDB de olho em solucionar o caso Jader Barbalho (PMDB-PA), barrado pela Lei da Ficha Limpa, e com a oposição disposta a desgastar a presidente Dilma Rousseff, a indicação de Rosa Maria Weber para o Supremo Tribunal Federal (STF) foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Foram mais de seis horas de sabatina e uma inquirição detalhada sobre Direito Penal que buscava desqualificar a escolha da juíza, que passou os 35 anos de carreira julgando processos trabalhistas. Apesar do desgaste, a indicação foi aprovada por 19 votos a 3.

Senadores de oposição fizeram dezenas de perguntas sobre minúcias de processos penais, temas espinhosos que dividem os próprios ministros do STF. Em vários momentos, Rosa evitou responder ou, na visão de senadores, demonstrou insegurança.

Em meio ao questionário repleto de pegadinhas, a ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST) afirmou: "Penso que hoje em dia, tamanha a complexidade e o número de matérias, dificilmente alguém consiga abarcar todos esses temas". "O que me fortalece a enfrentar esses desafios é que podemos estudar. Somos eternos aprendizes", disse a nova ministra do STF, que vai substituir Ellen Gracie.

Em outro momento, ante uma sequência de perguntas do senador Pedro Taques (PDT-MT), Rosa ficou alguns segundos calada e depois disse aos senadores: "Sou ministra do Tribunal Superior do Trabalho. Se tiver a honra de ser aprovada para o Supremo, terei a preocupação de guardar a Constituição".

**Adiamento.** Ao contrário da oposição, os senadores do PMDB não criaram problemas para Rosa na sessão da CCJ. Entretanto, foram eles os responsáveis pelo adiamento da sabatina por duas semanas como forma de protesto.

O partido cobra do STF uma solução para o caso Jader Barbalho. Embora tenha sido o mais votado no Pará na eleição ao Senado de 2010, ele não pôde assumir o mandato, barrado pela Ficha Limpa. Depois, com a eleição de 2012 a eficácia da lei, Jader pediu para ser empossado.

O julgamento está empatado e existe a possibilidade de o terceiro colocado – o petista Paulo Rocha, também barrado pela Ficha Limpa – poder assumir o mandato. O entrave imposto pelo partido de Jader levou emissários de Dilma a procurarem os peemedebistas, na tentativa de evitar problemas mais sérios para a indicação da nova ministra do STF.

tituição encampada pelo presidente do STF, Cezar Peluso, que antecederia a execução das decisões judiciais. O texto permitiria que as penas começassem a ser cumpridas depois do julgamento em segunda instância. Hoje, somente após o trânsito em julgado do processo, em muitas vezes após quatro instâncias, a pena começa a ser cumprida. "Com lentidão não há Justiça que aguarde, não há cidadão que aguarde."

Rosa também indicou ser favorável a estabelecer mandato para ministros do Supremo e a mudar a forma de indicação dos integrantes da Corte. "As instituições merecem ser aperfeiçoadas", afirmou. "Eu inclusive seria favorável."

### • Aprendizizes

#### ROSA MARIA WEBER

NOVA MINISTRA DO STF

"O que me fortalece

a enfrentar esses

desafios

é que podemos

estudar.

Somos

eternos

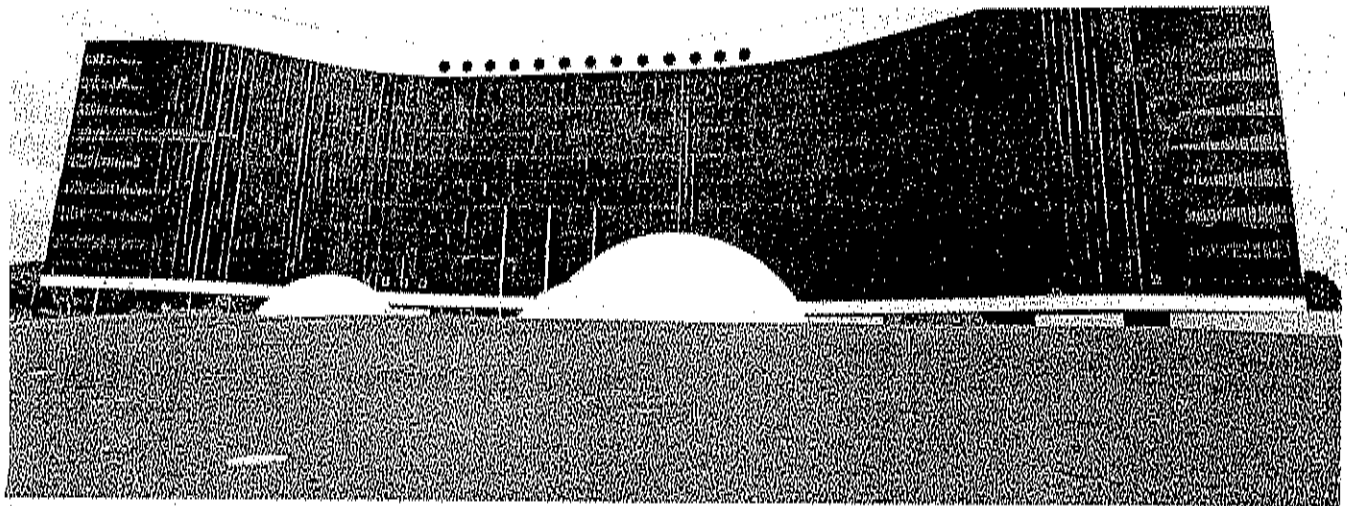
aprendizes"



**Recursos.** Na sabatina, Rosa disse apoiar a mudança na Cons-

07 DEZ 2011

## O ESTADO DE S. PAULO



**Em grande estilo.** Nova construção lembra o porte de outros edifícios do Judiciário, como as sedes do STJ e do TST

# JUSTIÇA ELEITORAL GANHA SEDE DE R\$ 327 MILHÕES

Projeto assinador por Niemeyer será inaugurado com discrição pelo TSE

**Mariângela Gallucci**  
BRASÍLIA

**S**em grande alarde, será inaugurada na próxima semana em Brasília a nova sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A obra começou em 2007, custou R\$ 327 milhões e foi projetada por Oscar Niemeyer, autor dos projetos dos principais prédios públicos da capital federal.

De fora, o edifício lembra

outras grandes obras do Judiciário, como o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Tribunal Superior do Trabalho (TST), que ficam na mesma região do novo TSE e também consumiram milhões de reais.

Ao justificar a necessidade de uma nova sede, que será inaugurada no dia 15 num evento discreto e sem festa, o TSE alegou que nos últimos anos houve um crescimento da demanda da Justiça Eleitoral. O eleitorado, que há 40 anos era de 29,4 milhões de

pessoas, passou para 135,5 milhões em 2010.

Em 2005, o tribunal noticiou o lançamento da pedra fundamental da obra. "O TSE cresceu muito depois da automação do voto em 1996, com investimentos em equipamentos e novos servidores. A atual sede ficou pequena para essa necessidade", justificou a diretoria geral do tribunal, na época do início da obra.

Executada pelo consórcio Via-OAS, a nova sede tem 115,5 mil m<sup>2</sup>. Um terço desse espaço será

ocupado por garagem e depósito de urnas. Ela deveria ter sido inaugurada no fim de 2010, mas o ritmo da obra foi afetado por cortes no orçamento.

Com sete ministros, o TSE faz duas sessões plenárias de julgamento por semana. Nos períodos eleitorais, a cada dois anos, geralmente são convocadas sessões extras, dado o aumento de processos.

Em fevereiro, a atual sede do TSE completou 40 anos. Projetado pelo arquiteto Nairro Esteves, que na época da construção integrava a equipe de Oscar Niemeyer, o prédio tem 11 mil m<sup>2</sup> de área construída e, segundo o tribunal, ostenta um dos maiores vãos de concreto armado da América Latina, com 13,5 metros de extensão.

# 07 DEZ 2011

## O ESTADO DE S. PAULO

### PORNOGRAFIA INFANTIL

#### 10 presos em operação contra pedofilia na web

A Polícia Federal deflagrou ontem em Goiás a Operação Anátoma, para reprimir a pornografia infanto-juvenil na internet. Foram expedidos dez mandados de busca e apreensão – oito pessoas foram presas em Goiânia, uma em Goianira e outra na Cidade de Goiás. Diversos materiais eletrônicos foram apreendidos. As investigações começaram com a localização de imagens pornográficas de menores em sites.

**55**  
POLICIAIS  
PARTICIPARAM  
DA AÇÃO EM 3  
CIDADES

### JUSTIÇA

#### Aluno pega 10 anos por agredir professora

O estudante Rafael Soares Pereira, de 26 anos, foi condenado a 10 anos e 6 meses de prisão, em regime inicial fechado, por tentar matar sua professora, em novembro de 2010. De acordo com a Promotoria, o estudante de Técnico em Enfermagem agrediu a vítima a cadeiradas e socos por causa de uma nota baixa. O estudante também foi denunciado por lesões corporais contra outra vítima.

## FÓRUM DO LEITOR

### JUSTIÇA

#### Quem não deve não teme

A devassa do Conselho Nacional de Justiça iniciada ontem no Tribunal de Justiça de São Paulo, para investigar pagamentos ilegais a desembargadores, enriquecimento ilícito e posses incompatíveis com a renda, causou indignação nos componentes daquela Corte. Essa indignação me parece desca- bida: quem não deve não teme.

**MÁRIO A. DENTE**

dente28@gmail.com

São Paulo

## SÔNIA RACY

● **Eros Grau** lança livro. Hoje na Livraria da Vila da Lorena.

## DORA KRAMER

**Abaixo da média.** A ministra Rosa Weber, indicada para o Supremo Tribunal Federal, não causou, digamos, a melhor das impressões na sabatina de ontem na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Não fosse o colegiado homologatório e a recusa de uma indicação da Presidência da República para o STF, algo fora dos padrões da amena massa crítica do Parlamento, a ministra correria sério risco de reprovação.

# JORNAL DO ESTADO

**TJ PROMOVE  
MUTIRÃO DE  
CONCILIAÇÕES  
SOBRE O DPVAT**

**07 DEZ 2011**

**CONCILIAÇÃO DO SEGURO DPVAT**

## Até sexta, TJ fará 385 audiências

Até sexta-feira, dia 9, o Tribunal de Justiça do Paraná irá promover cerca de 385 audiências de conciliação sobre o Seguro DPVAT no Palácio da Justiça, em Curitiba. Conciliadores, peritos médicos e advogados participarão das 5 bancas de conciliação previstas. De acordo com Ricardo Xavier, diretor-presidente da Seguradora Líder DPVAT – administradora do Seguro – a semana é uma oportunidade para solucionar o processo. “Iniciativas como essa são importantes para agilizar o sistema judiciário e auxiliar a vítima a receber seu seguro de maneira mais rápida, visto que avaliamos o processo na hora e o pagamento é feito em até trinta dias”, afirma. Devem comparecer às audiências os cidadãos que receberam a comunicação do Tribunal de Justiça sobre os encontros.

No Brasil, todo o cidadão que sofre um acidente de trâ-

sito, seja pedestre, passageiro ou motorista, tem direito ao Seguro DPVAT, que indeniza vítimas de acidentes causados por veículos automotores que circulam por terra ou por asfalto, como carros, caminhões, ônibus e motocicletas. As situações indenizadas são morte ou invalidez permanente e, sob a forma de reembolso, despesas comprovadas com atendimento médico-hospitalar. O pedido para recebimento do Seguro DPVAT é gratuito e o próprio acidentado ou herdeiro pode dar entrada no pedido de indenização e reembolso, não sendo necessário o auxílio de intermediários. Porém, muitas pessoas, por não conhecerem as facilidades do acesso ao seguro, recorrem à Justiça para receber a indenização, tornando o processo, que normalmente leva 30 dias após a entrega dos documentos à Seguradora,

mais demorado. O processo judicial dura em média quatro anos para ser finalizado.

Em Curitiba, durante todo o ano, o atendimento do seguro DPVAT é oferecido gratuitamente em 42 postos de atendimentos oficiais, autorizados pela Seguradora Líder DPVAT. Tanto as vítimas de acidentes de trânsito resultantes em invalidez permanente ou com necessidade de reembolso de despesas médicas, como os herdeiros de vítimas fatais, podem solicitar gratuitamente o seguro DPVAT nesses locais.

### **SERVIÇO**

**O que:** Conciliação sobre Seguro DPVAT

**Quando:** 5 a 9 de dezembro (segunda a sexta-feira), das 13hs às 18 horas

**Onde:** Palácio da Justiça, Praça Nossa Senhora da Salette s/nº, 2º andar, Centro Cívico.

07 DEZ 2011

## JORNAL DO ESTADO Celular

Audiência pública promovida ontem pela Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia, com a participação de representantes do Ministério Público do Paraná, do Procon-PR, da Delegacia de Defesa do Consumidor, do Tribunal de Justiça, da Anatel e das operadoras de telefonia, inclusive através do Sinditelebrasil (Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal), decidiu pela elaboração de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para regular o setor. A intenção é combater a avalanche de reclamações de consumidores contra os serviços das operadoras. De acordo com Maximiliano Deliberador, da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, as relações entre as operadoras e os clientes "são regidas por contratos obscuros", em que o consumidor não entende o que está assinando, pela alteração unilateral das bases contratuais e pela dificuldade de cancelamento de serviços, inclusive de serviços não solicitados.

### Cobranças

O representante do Sinditelebrasil, Tony Hornes, concordou com a elaboração do TAC. De acordo com Marcelo Martins, do escritório da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para o Paraná e Santa Catarina, metade das reclamações do setor são pela cobrança dos serviços, pela cobrança de serviços adicionais não solicitados, pela insatisfação com a velocidade dos serviços de banda larga para internet, pela não observância de pedidos de cancelamento e pela demora dos sistemas de atendimento ao consumidor.

# JORNAL DO ESTADO

Golpe

07 DEZ 2011

O presidente do Tribunal de Contas, Fernando Guimarães, divulgou nota para alertar prefeitos, administradores, presidentes de Câmaras e vereadores de que ele "nunca telefonou ou fez contato, por qualquer meio, com os municípios do Paraná ou de qualquer outra localidade, pedindo contribuições de qualquer natureza e para qualquer causa". Guimarães disse ter recebido a informação de que pessoa desconhecida estaria fazendo contato com os prefeitos, pedindo contribuição em dinheiro para tratamento de saúde de terceiro, por meio da compra de cotas de rifa cujo prêmio seria um carro. Essa pessoa estaria se identificando como presidente do TC. O conselheiro pediu ainda que, caso sejam procurados pelos golpistas, os administradores denunciem o caso ao tribunal.

## Próteses

O Ministério Público do Paraná, através da Promotoria de Justiça de Proteção do Patrimônio Público de Barbosa Ferraz, no noroeste do Estado, busca na Justiça, liminarmente, a suspensão de uma licitação realizada pelo Município para a compra de 480 próteses dentárias. O MP-PR encontrou diversas irregularidades na condução do processo licitatório, que ao final vai representar um gasto de R\$ 35.520 aos cofres públicos. O responsável pelo caso é o promotor de Justiça Vitor Hugo Nicastro Honesko.

## Anulação

Na ação, o promotor relata todas as situações que, no entendimento do MP-PR, levam à necessidade de nulidade da concorrência. Ele narra, por exemplo, que na publicação do aviso do edital para a licitação foi indicada apenas a contratação de empresa de próteses, sem especificação de que seriam próteses dentárias. "Uma falha como essa prejudica a disputa licitatória, limitando o número de empresas participantes, pois nem toda empresa fabricante de próteses dentárias se habilitaria a participar", diz Honesko. Além disso, a Prefeitura teria realizado cotação de preços apenas com uma empresa para justificar a planilha de custo, além de não ter realizado qualquer estudo técnico que fundamentasse o número de próteses dentárias a serem adquiridas.

# JORNAL DO ESTADO

## SENADO

### Comissão

aprova nova  
ministra do  
Supremo

07 DEZ 2011

Com o PMDB de olho numa solução para o caso Jader Barbalho (PMDB-PA) e com a oposição disposta a desgastar a presidente Dilma Rousseff, a indicação de Rosa Maria Weber para o Supremo Tribunal Federal (STF) foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Foram mais de seis horas de sabatina e uma inquirição detalhada sobre Direito Penal que buscava desqualificar a indicação de uma juíza que passou os 35 anos de carreira julgando apenas processos trabalhistas. Apesar do desgaste, a indicação foi aprovada por 19 votos contra 3.

Senadores de oposição elencaram dezenas de perguntas sobre minúcias de processos penais, temas espinhosos que dividem inclusive ministros do STF. Em vários momentos, a ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Rosa Maria Weber evitou responder ou, na visão de senadores, demonstrou insegurança. Em meio ao questionário repleto de pegadinhas, a ministra confessou: "Penso que hoje em dia, tamanha a complexidade e o número de matérias, dificilmente alguém consiga abarcar todos esses temas. O que me fortalece a enfrentar esses desafios é que podemos estudar", afirmou. "Somos eternos aprendizes", disse.

Em outro momento, Rosa Maria Weber, depois de segundos calada, afirmou: "Eu sou ministra do Tribunal Superior do Trabalho. Se tiver a honra de ser aprovada para o Supremo, terei a preocupação de guardar a Constituição", disse.

# JORNAL DO ESTADO

# JUSTIÇA NEGA

# HABEAS CORPUS

## 07 DEZ 2011

# corpus a Marcos Valério

Publicitário foi preso na última sexta-feira  
acusado de envolvimento em grilagem de terras

O desembargador Jefferson Alves de Assis, do Tribunal de Justiça da Bahia, indeferiu, na tarde de ontem, os pedidos de habeas corpus feitos pelos advogados do publicitário mineiro Marcos Valério e de seus ex-sócios Margareti Maria de Queiroz Freitas, Francisco Marcos Castilho e Ramon Hollerbach. Os quatro estão presos desde sexta-feira, em Salvador, acusados de envolvimento em um esquema de grilagem de terras e fraudes no registro de imóveis em São Desidério, no extremo oeste do Estado. Valério, Castilho e Hollerbach dividem uma cela na carceragem da Coordenadoria de Polícia Interestadual (Polinter), enquanto Margareti ocupa uma cela na Delegacia Especializada de Repressão a Crimes contra a Criança e o Adolescente (Dereca).

Na manhã de ontem, o delegado que coordenou as investigações que levaram o grupo, junto com outras 11 pessoas, à prisão, Carlos Cruz Ferro, de São Desidério, disse que Marcos Valério deve receber outra acusação, por crime tributário.

De acordo com ele, análises de documentos da investigação apontaram para nova fraude, desta vez para a liberação de licenças públicas de cinco fazendas registradas no nome do publicitário no município. "Descobrimos que o Imposto sobre Transmissão de Bens de Imóveis (ITBI) que deveria ter sido recolhido pela prefeitura em cada uma das transações não foi pago", afirma.

O delegado estima em R\$ 500 mil o prejuízo para a Prefeitura de São Desidério. "O imposto corresponde a 2% do valor de cada imóvel", explica. A Promotoria de Defesa do Patrimônio Público espera finalizar até o fim do ano a ação que pede que Valério e outros réus no caso que ficou conhecido como mensalão mineiro sejam condenados a devolver recursos públicos que saíram do antigo Banco do Estado de Minas Gerais (Bemge) e foram parar na fracassada campanha à reeleição do então governador Eduardo Azevedo (PSDB), em 1998.



07 DEZ 2011

# GAZETA DO POVO

NICOLAU DA ROCHA CAVALCANTI

**SINTESES – O aumento do número de divórcios no Brasil**

## Questão privada ou pública?

O casamento continua sendo o modelo familiar que mais gera bens aos indivíduos e à sociedade. Reconhecer a sua relevância não significa menosprezo em relação às pessoas que não querem se casar

O IBGE divulgou a taxa de divórcios no ano de 2010: 1,8 para cada 1.000 pessoas de 20 anos ou mais. É a maior da série histórica, impulsionada em grande parte pela simplificação do processo de divórcio, com a queda — entre outras medidas — da exigência do transcurso de dois anos entre a separação e o divórcio.

Diante desse número do IBGE, é possível a leitura de que a mudança legal veio em boa hora, atendendo a uma demanda social. As pessoas querem se divorciar e não há razão para estender o sofrimento de um casamento fracassado, obrigando os cônjuges a dois anos de espera para recomeçarem a sua vida.

Essa avaliação tem como pressuposto que o casamento é um fato privado, sem grande transcendência social, isso é, não haveria razões públicas que justificassem o Estado tentar preservar os casamentos. No entanto, diversos estudos indicam a possibilidade uma visão diversa sobre esse tema.

De acordo com Robert Sampson, sociólogo de Harvard, a estrutura familiar tem uma estreita relação com os índices de assassinatos e roubos. O critério familiar "é um dos indicadores mais fortes, se não o mais forte, das diferenças na violência urbana das cidades dos Estados Unidos".

Na Suécia, um estudo envolvendo toda a população infantil chegou à conclusão de que as crianças criadas por pais casados têm uma probabilidade 50% menor de consumir drogas ou de tentar se suicidar, do que as crianças que cresceram em lares monoparentais. Segundo Anne Case (*How Hungry is the Selfish Gene?*), os pais biológicos investem mais dinheiro e mais tempo na educação dos seus filhos do que os padrastos e madrastas.

Ao contrário do que muitas vezes pensamos, a vida conjugal de uma família formada pelo casamento é também mais pacífica. Foi essa a conclusão de um estudo que acompanhou diversas famílias ao longo de um ano, no qual se constatou que 4% dos cônjuges tiveram alguma discussão violenta, ao passo que 13% dos companheiros em união estável tinham se envolvido nesse tipo de discussão (cf. *The Case for Marriage*, de Linda Waite e Maggie Gallagher).

O casamento também impacta positivamente na economia. Segundo W. Bradford Wilcox e Steven L. Nock (*What's Love Got to Do with It?*), as famílias formadas por um casamento poupam mais e conseguem mais rapidamente adquirir a casa própria do que os solteiros e os companheiros em uniões estáveis com o mesmo nível de renda.

Em resumo, vários estudos indicam que o casamento continua sendo o modelo familiar que mais gera bens aos indivíduos e à sociedade. E penso que reconhecer a sua relevância social não significa menosprezo ou preconceito em relação às pessoas que não querem se casar, ou adotaram outros modelos de família. É uma preocupação ecológica, no seu sentido mais pleno: buscar valorizar as instituições que melhor promovem a sustentabilidade da sociedade.

CONTINUA

07 DEZ 2011

## GAZETA DO POVO

### CONTINUAÇÃO

Reconheço que não é um assunto simples. Ninguém se divorcia simplesmente por haver uma lei que permite o divórcio. Ninguém quer que o Estado imponha um modo de vida, por "melhor" que seja. Por outro lado, as leis sempre comunicam algo, e a antiga espera de dois anos era uma clara mensagem sobre a importância do casamento. No atual sistema, ele ficou mais desprotegido; deu-se um passo a mais em direção ao seu enfraquecimento.

O problema de fundo, então, está no Estado? Penso que não. Está em nós mesmos, quando deixamos de ver no casamento um projeto de vida comum vinculante ao longo do tempo, quando nos esquecemos de que os seus ritos e os seus símbolos expressam uma profunda realidade: uma união de vidas, e não apenas uma união de afetos ou de endereço.

Os ecologistas descobriram que as nossas ações, por menores que sejam, interferem no meio ambiente. Entenderam — e comunicam com eficácia — que o âmbito privado afeta o público. Todos sabem, por exemplo, que poupar água pode ser um grande gesto. No âmbito da ecologia social, ocorre o mesmo. Há uma profunda relação entre o público e o privado, e o modo como lidamos com o casamento afeta o presente e o futuro da sociedade, para melhor ou para pior.

**Nicolau da Rocha Cavalcanti**, advogado, é presidente do Centro de Extensão Universitária – CEU (São Paulo). E-mail: [nicolau.cavalcanti@gmail.com](mailto:nicolau.cavalcanti@gmail.com).

# GAZETA DO POVO

RODRIGO DA CUNHA PEREIRA

## O amor acaba?

O divórcio, por mais sofrido e indesejável que seja, pode significar um ato de responsabilidade com a própria saúde

07 DEZ 2011

**O**s dados do IBGE divulgados no final de novembro mostram que o ano de 2010 foi recorde na taxa de divórcios. Com a notícia, corre-se o risco de reforçar a descrença em uma conjugalidade duradoura e induzir a uma leitura equivocada de que a família brasileira não está bem. Certamente esse elevado índice advém de uma demanda reprimida, cuja vazão foi dada pela mudança da legislação. A Emenda Constitucional n.º 66, de julho de 2010, facilitou e simplificou o divórcio de casais acabando com os prazos para se formalizar o fim do casamento, e extirpou do ordenamento jurídico brasileiro o inútil e anacrônico instituto da separação judicial (antigo desquite), imprimindo mais responsabilidade aos casais. Afinal, quem deve decidir sobre o fim da própria vida conjugal não é o Estado, mas o próprio casal.

O fim do casamento não significa o fim da família, mas tão somente que aquele núcleo familiar se transformou em binuclear. Também não é o fim da felicidade. Quem tem filhos tem uma responsabilidade maior com a manutenção do casamento. Mas isso não significa que se deve manter um casamento a qualquer custo. O divórcio, por mais sofrido e indesejável que seja, pode significar um ato de responsabilidade com a própria saúde. O cuidado com o casamento passa pela compreensão em distinguir desejo de necessidade. Muitas vezes o divórcio não é desejo, pois se imaginava ficar casado para sempre. Mas se torna necessidade em razão de determinadas circunstâncias como, por exemplo, quando há reiterado desrespeito ou até mesmo violência doméstica. Tal necessidade se impõe para se preservar ou resgatar a própria dignidade, após tantas humilhações sofridas. Outras vezes, embora não haja necessidade de se colocar fim ao casamento, há o desejo de reconstruir uma vida nova para voltar a ser feliz. E, se não foi possível reacender o desejo com a pessoa com quem se está casado, ou vivendo em união estável, o jeito é assumir que o amor chega ao fim, criar coragem e cumprir o difícil ritual de passagem que é o divórcio.

As facilidades jurídicas para se colocar fim ao casamento, trazidas pela Emenda Constitucional n.º 66, ao contrário do que se pensa, vieram ajudar a preservá-lo. Na medida em que o Estado deixa de tutelar os casais, estabelecendo prazos e culpa pelo fim da conjugalidade, conseqüentemente imprime mais responsabilidade às pessoas pela manutenção de seus vínculos amorosos. Foi a substituição do discurso de culpa, tão paralisante do sujeito, pelo da responsabilidade. E assim pode-se refletir melhor sobre desejo e necessidade da manutenção do casamento e até mesmo sobre o porquê de sua manutenção ou não.

O amor conjugal tem prazo de validade? Afinal, o que mantém um casamento, ou o que o faz acabar? Quando permitimos que nossas neuroses cotidianas se tornem maiores que o amor, elas certamente conduzirão ao divórcio. É aí que se começa a voltar o olhar para outra direção ou a interessar-se por outras pessoas. Em outras palavras, o amor acaba porque se começa a ver os defeitos do outro, ou começa-se a enxergar e realçar os defeitos do outro porque o desejo já não está mais aí?

CONTINUA

07 DEZ 2011

## GAZETA DO POVO

### CONTINUAÇÃO

Apesar de todas as facilidades para se dissolver casamentos, apesar dos amores tão líquidos de nosso tempo, a conjugalidade continua possível e até melhor que antes. Mas dá trabalho! Vê-se na "Clínica do Direito", agora sem tantas amarras jurídicas, para se dissolver um casamento que uma das possibilidades de o amor conjugal vencer as neuroses e o desencantamento, é diluir o mal-estar, que geralmente advém de um mal-entendido, falando dele. Dizendo de outra maneira, ao invés de "engolir sapos" é melhor cortar o mal pela raiz, esclarecendo a causa do incômodo através do exercício da palavra, que possa ser dita e ouvida com alma, sem rancor e sem agressões. Não é fácil, mas é necessário para cuidar do amor. E nisso, temos de aprender com as mulheres, que talvez saibam mais sobre o amor que os homens. De qualquer forma, e por mais elaborações verbais que tenhamos, ainda é Platão que continua apontando o melhor caminho para tornar a conjugalidade possível: o amor para permanecer o mesmo deve mudar sempre.

**Rodrigo da Cunha Pereira**, advogado, é doutor em Direito Civil e presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM).

07 DEZ 2011

GAZETA DO POVO

# PT promete ir à Justiça para barrar aprovação de terceirização

Votação foi concluída ontem, mas oposição alega que a Assembleia teria votado irregularmente a proposta. Petistas dizem que, por causa das emendas, projeto deveria retornar à CCJ

*Euclides Lucas Garcia*

■ A Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) aprovou ontem, em terceira discussão, o polêmico projeto do Poder Executivo que permite ao governo do Paraná repassar a Organizações Sociais (OSs) serviços que são de responsabilidade de Estado. Hoje, a proposta será analisada em redação final — votação apenas de praxe — e, em seguida, segue para sanção do governador Beto Richa (PSDB). O PT, porém, defende que a segunda votação da matéria, na noite da última segunda-feira, ocorreu de forma irregular e promete ir à Justiça para derubar a medida.

O clima da sessão de ontem foi completamente oposto ao do dia anterior, quando cerca de 250 estudantes e sindicalistas contrários ao projeto tomaram o plenário por mais de quatro horas. Para evitar

um novo tumulto, a Mesa Executiva permitiu a entrada de apenas cinco convidados por deputado, por meio da distribuição de senhas. Do lado de fora da Assembleia, que estava protegida por policiais militares, cerca de 80 manifestantes classificaram a medida como antidemocrática e se recusaram a aceitar as senhas. Dessa forma, apenas seis pessoas acompanharam a sessão das galerias.

Durante a sessão de ontem, deputados da base do governo voltaram a defender o projeto das OSs e classificaram de "baderna" a invasão do plenário na segunda-feira. "Aquilo não pode ser chamado de manifestação. Além disso, em lugar nenhum do texto está escrito privatização. Não se pode confundir privatização com terceirização dos serviços, para torná-los mais ágeis", criticou o vice-líder do governo, Ello Rusch (DEM).

O mesmo discurso foi seguido pelo líder de Richa na Casa, Ademar Trajano (PSDB). "Felizmente essa baderna e violência foi respondida com serenidade e firmeza", defendeu o tucano. Ele também rebateu críticas dos manifestantes, da bancada de oposição e até mesmo do presidente do Tribunal de Contas do Paraná (TC), Fernando Guimarães, de que a proposta deveria ter sido amplamente discutida antes de ser enviada ao Legislativo, inclusive por meio de audiências públicas.

## Oposição

Os deputados oposicionistas, por outro lado, mantiveram as críticas de que a proposta do governo é privatizante e defenderam a

postura dos manifestantes. Em nota, os petistas disseram que as manifestações de segunda-feira devem ser atribuídas "exclusivamente à intransigência do governo por conta da recusa ao diálogo com a sociedade".

Eles ainda criticaram a limitação da entrada de pessoas para acompanhar a sessão. "Não estamos indo para um chá no Country Clube ou para uma visita à penitenciária. Ou a Casa garante a segurança dos visitantes ou, toda vez que tiver manifestação, vamos ter de agir como se isso aqui fosse uma ópera", afirmou Tadeu Veneri (PT), que classificou o projeto do Executivo como "privatização disfarçada".

Ele revelou que a bancada do PT vai à Justiça contra a aprovação da proposta, porque a Casa teria votado irregularmente a matéria em segunda votação, na noite de segunda-feira. Para os petistas, como na segunda discussão do projeto, que ocorreu em uma sessão extraordinária, houve apresentação de emendas, a matéria teria de retornar para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). No entendimento da assessoria jurídica da Casa, porém, a comissão-geral de plenário — quando o parecer das comissões é dado direto em plenário, para agilizar a tramitação das matérias — válida para a primeira votação da proposta, que ocorreu minutos antes da segunda, valia para qualquer sessão do dia.

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

# 07 DEZ 2011

### DÚVIDAS

Entenda o que está em jogo na votação da terceirização na Assembleia:

#### O que está em jogo no projeto de terceirização às Organizações Sociais?

O governo do Paraná quer repassar alguns serviços do estado, como saúde, cultura, assistência social e esportes, entre outros, para serem administrados por organizações sociais (OSs). Só não podem ser terceirizadas as áreas de educação e segurança.

#### O que são as OSs?

São organizações não governamentais (ONGs) que recebem um título do governo estadual, caso cumpram alguns requisitos. Para administrar um hospital, por exemplo, as OSs terão de comprovar experiência na área.

#### Outros estados utilizam esse modelo?

Vários estados já aprovaram leis semelhantes. Em São Paulo, pioneiro no assunto, o Tribunal de Contas estadual fez uma avaliação recente sobre hospitais administrados pela OSs e pelo governo estadual, a qual mostra que as duas gestões têm pontos positivos e negativos, mas que as OSs estão tendo mais prejuízo. (Leia mais a respeito em <http://bit.ly/tBKaHM>)

#### Qual é o argumento do governo do Paraná para a terceirização?

A gestão do serviço público pode ser agilizada, pois as OSs não precisam fazer licitações ou concurso público para contratar pessoal.

#### Quais os argumentos contrários ao repasse às OSs?

Os servidores de várias áreas são contra, pois dizem que há "precarização" do trabalho. Além disso, o grande número de denúncias envolvendo ONGs e desvio de dinheiro público mostra que não há um controle efetivo do poder público sobre os convênios.

#### Há um questionamento judicial sobre as terceirizações no Supremo Tribunal Federal (STF). Do que se trata?

O repasse dos serviços de saúde às OSs no Brasil é permitido desde a promulgação da Lei Federal nº 9.637, de 1998. Na época, o PT e o PDT ingressaram com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) nº 1.923, que ainda não foi julgada pelo STF. Mas os ministros Ayres Britto e Luiz Fux já votaram pela necessidade de licitação para qualificação das OSs. O projeto do governo do Paraná não prevê essa licitação, considerada uma brecha para o clientelismo e o favorecimento de terceiros.

### ALTERAÇÕES

Saiba quais são as cinco emendas à proposta das OSs que foram aprovadas ontem:

- ▶ Determina a publicação do nome dos funcionários e da função de cada um dentro das OSs.
- ▶ Exige que as organizações comprovem experiência na área do convênio por, no mínimo, dois anos; e proíbe o uso dos recursos públicos para publicidade.
- ▶ Proíbe a contratação de OSs para atuar na segurança pública e em empresas públicas, como Copel e Sanepar.
- ▶ Exige a convocação de OSs para eventuais convênios por meio de anúncios em jornais de circulação estadual.
- ▶ Estende à Comissão de Fiscalização da Assembleia a análise das contas das OSs.

## CONTINUA

# Beto culpa petistas por invasão na Alep

BRASÍLIA

André Gonçalves, correspondente

O governador Beto Richa (PSDB) culpou o PT pelos protestos contra o projeto que permite o uso de OSs para execução de serviços do governo estadual. Para o tucano, os petistas estão tentando antecipar a campanha eleitoral de 2012. Ele negou que a proposta seja anti-democrática ou privatista e fez comparações críticas à gestão federal em relação a escândalos recentes com ONGs e a privatização de aeroportos.

"Vejo com muita preocupação a selvageria patrocinada pelo PT na Assembleia", afirmou. Perguntado se tinha certeza sobre o envolvimento dos petistas no episódio, argumentou: "Foi patrocinado por eles, convocado por eles, mantido por eles, alimentado literalmente por eles". A prova, segundo o tucano, seria a identificação de assessores de deputados estaduais do partido que participaram do movimento. Em coro, o líder de Richa na Assembleia, deputado Ademar Tralano (PSDB), disse que os manifestantes representam "a ideologia e a doença que é o PT".

De passagem por Brasília, o governador aproveitou para ligar o episódio à política nacional.



**"O que eles [petistas] querem é antecipar o processo político."**

Beto Richa, governador do Paraná (PSDB), sobre as manifestações na Assembleia paranaense.

"Imagina se eu estivesse privatizando aeroportos, como eles [petistas] estão? É a relação nebulosa que eles têm com ONGs, de desvio de recurso público? Eu não tenho nenhuma passagem como essa."

Segundo Richa, as manifestações não levam em consideração aspectos práticos de gestão. "O que eles querem é antecipar o processo político." Para o governador, o episódio é uma tentativa de desgastar a aliança que está sendo construída em torno da candidatura à reeleição do prefeito de Curitiba, Luciano Ducci (PSB).

Em resposta, os parlamentares do PT afirmaram que Richa está tentando desviar o foco e fugir do debate, como sempre faz quando se depara com críticas e exposição negativa da sua gestão. "As mesmas entidades criticadas agora eram aplaudidas até o ano passado, quando a base do governo estava na oposição. Quem patrocinava os manifestantes na época era a oposição?", ironizou o deputado Tadeu Veneri. "O governador não tem mais mandato de deputado, para querer cuidar da Assembleia. Ele precisa se comportar como governador e parar de ficar choraminguando como uma criança."

Colaborou Evictides Lucas Garcia.

## PLACAR

Veja como votou cada deputado na segunda discussão do projeto das OSs, na noite da última segunda-feira. Votaram a favor 38 deputados. Os contrários foram 8:

### A favor

Adelino Ribeiro (PSL), Ademar Tralano (PSDB), Ademir Bler (PMDB), Alexandre Curi (PMDB), André Bueno (PDT), Artagão Jr. (PMDB), Augustinho Zucchi (PDT), Bernardo Ribas Carli (PSDB), Caio Quintana (PMDB), Cantora Mara Lima (PSDB), Cesar Silvestri Filho (PPS), Cleiton Kliese (PMDB), Dr. Batista (PMN), Duílio Genari (PP), Elio Rusch (DEM), Evandro Jr. (PSDB), Fernando Scanavacca (PDT), Francisco Bühner (PSDB), Gilberto Ribeiro (PSB), Gilson de Souza (PSC), Hermas Jr.

(PSB), Jonas Guimarães (PMDB), Luiz Accorsi (PSDB), Marcelo Rangel (PPS), Mauro Moraes (PSDB), Nelson Garcia (PSDB), Nelson Justus (DEM), Nelson Luersen (PDT), Ney Leprevost (PSD), Paranhos (PSC), Pastor Edson Praczyk (PRB), Pedro Lupion (DEM), Plauto Miró (DEM), Reni Pereira (PSB), Rose Litro (PSDB), Stephanes Jr. (PMDB), Teruo Kato (PMDB), e Waldyr Pugliesi (PMDB).

### Contra

Elton Welter (PT), Enio Verrí (PT), Luclana Rafagnin (PT), Péricles de

Mello (PT), Professor Lemos (PT), Rasca Rodrigues (PV), Toninho Wandscheer (PT), e Tadeu Veneri (PT).

### Ausentes

Anibelli Neto (PMDB), Douglas Fabrício (PPS), Fabio Camargo (PTB), Luiz Eduardo Cheida (PMDB), Maria Tureck (PSD), Nereu Moura (PMDB), e Roberto Aciolli (PV).

Obs.: Valdir Rossoni (PSDB), como presidente, só vota em caso de empate.

# GAZETA DO POVO

## 07 DEZ 2011

### Senado aprova indicação de nova ministra para o STF

A indicação de Rosa Maria Weber para o Supremo Tribunal Federal (STF) foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Foram mais de seis horas de sabatina e uma inquirição detalhada sobre Direito Penal que buscava desqualificar a indicação de uma juíza que passou os 35 anos de carreira julgando apenas processos trabalhistas. Apesar do desgaste, a indicação foi aprovada por 19 votos contra 3.

Senadores de oposição elencaram dezenas de perguntas sobre minúcias de processos penais, temas espinhosos que dividem inclusive ministros do STF. Em vários momentos, a ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Rosa Maria Weber evitou responder ou, na visão de senadores, demonstrou insegurança. Em meio ao questionário repleto de pegadinhas, a ministra confessou: "Penso que hoje em dia, tamanha a complexidade e o número de matérias, dificilmente alguém consiga abarcar todos esses temas. O que me fortalece a enfrentar esses desafios é que podemos estudar", afirmou. "Somos eternos aprendizes", disse.

Durante a sabatina, Rosa Maria Weber disse apoiar a mudança na Constituição encampada pelo presidente do STF, Cezar Peluso, que anteciparia a execução das decisões judiciais. O texto permitiria que as penas começassem a ser cumpridas depois do julgamento em segunda instância. Hoje, somente após o trânsito em julgado do processo, em muitas vezes tendo o processo de percorrer quatro instâncias, a pena começa a ser cumprida.

### DORA KRAMER

#### Abaixo da média

A ministra Rosa Weber, indicada para o Supremo Tribunal Federal, não causou, digamos, a melhor das impressões na sabatina de ontem na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Não fosse o colegiado homologatório e a recusa de uma indicação da Presidência da República para o STF, algo fora dos padrões da amena massa crítica do Parlamento, a ministra correria sério risco de reprovação.

### NOTA POLÍTICA

#### CPI dos Portos

O ex-superintendente do Porto de Paranaguá Eduardo Requião, irmão do senador e ex-governador Roberto Requião (PMDB), voltou a prestar depoimento ontem à CPI dos Portos na Assembleia. Eduardo falou sobre as ações trabalhistas de portuários contra a Appa — autarquia que controla os portos de Paranaguá e Antonina — e as empresas privadas que operam no porto. Para ele, a falta de uniformização no entendimento sobre a natureza do trabalho na Appa gera dúvidas na Justiça, que abrem espaço para ações milionárias contra a autarquia.

### BESSA

Associação dos Nômade Registradores do Brasil (Anoreg-Br) presidida pelo advogado Paulo Roberto Sabella promove hoje em Brasília a solenidade de entrega do Prêmio O'Alidade 2011 ao melhor cartório do Brasil, com a presença dos ministros da Justiça José Eduardo Cardozo e da Casa Civil Gleisi Hoffmann, e de outras autoridades.





Marco Maia: ainda não há consenso sobre novos tribunais.

07 DEZ 2011

## Mesmo com pressão, PEC dos Tribunais não entra na pauta

BRÁSILIA

André Gonçalves, correspondente

O presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS), frustrou as expectativas de colocar na pauta de votações deste ano a proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria mais quatro Tribunais Regionais Federais (TRFs), no Paraná, Amazonas, Bahia e Minas Gerais. O parlamentar recebeu ontem o governador Beto Richa (PSDB) e um grupo de representantes de entidades jurídicas paranaenses para debater o assunto, mas disse que a matéria precisa de um acordo entre líderes partidários para voltar a ser apreciada. O texto já foi aprovado pelo Senado e, desde 2003, só depende da aprovação do plenário da Câmara para entrar em vigor.

"Para este ano acho difícil", disse Maia ao final do encontro. Hoje, o colégio de líderes se reúne para decidir quais serão os projetos que vão entrar na pauta até o final de 2011. O petista adiantou que há outras PECs em discussão e mais próximas de um consenso.

Para ele, a proposta defendida pelos paranaenses é "meritória" e "incentiva a democratização da

Justiça". "Mas é um tema que ainda precisará ser discutido e debatido com os líderes e também com o governo, já que significa a criação de novos tribunais, o que tem custo e precisa ser analisado à luz dos investimentos que o governo federal planeja fazer nos próximos anos", complementou.

Apesar de não haver uma sinalização favorável à PEC, Richa avaliou que a pressão surtiu efeito. "A gente sabe das dificuldades e o Marco Maia foi sincero conosco. É óbvio que a opinião do governo é que mais conta", disse o governador.

Depois de conversar com Maia, Richa também consultou o líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP). "Ele me pareceu informado sobre o teor da PEC e que o governo a princípio não é contra, mas que precisa de mais informações sobre custos."

O principal argumento a favor da PEC dos tribunais é diminuir o congestionamento dos atuais cinco TRFs, que funcionam no Distrito Federal, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

07 DEZ 2011

GAZETA DO POVO

# Gaeco faz busca em casas de vereadores de Cascavel

Parlamentares são acusados de empregar funcionários fantasmas e de ficarem com parte dos salários dos assessores

## CASCAVEL

Lutz Carlos da Cruz, correspondente

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) deflagrou na manhã de ontem uma operação para buscar provas contra vereadores suspeitos de corrupção em Cascavel, no Oeste do estado. Vereadores de Cascavel são suspeitos de empregarem funcionários fantasmas e de ficarem com parte dos salários dos servidores. A denúncia partiu de ex-funcionários, mas o caso já era investigado pelo promotor de Justiça Gustavo Henrique Rocha de Macedo.

No mês passado, a direção da Câmara exonerou todos os 142 servidores que ocuparam cargos em comissão após as denúncias.

Parte deles já foi recontratada.

De acordo com Adauto Giraldes Almeida, do Gaeco, foram cumpridos 13 mandados de busca e apreensão — três em residências de vereadores e os demais em casas de assessores. Os policiais recolheram vários documentos, principalmente holerites e cartões de contas bancárias. Um dos cartões apreendidos está em nome Nicolas Arend, que aparecia entre os nomeados no gabinete do vereador Mário Seibert. Arend informou recentemente que nunca trabalhou na Câmara, mas que cedeu seus documentos ao pai de sua namorada, o vice-presidente do PTC, Juarez Damo, que teria repassado seus documentos a Seibert.

Segundo o Gaeco, outras diligências podem ser realizadas a partir da análise dos documentos e depoimento de assessores. Alguns servidores já aceitaram a delação premiada — benefício legal concedido a suspeitos de

envolvimento em crimes em troca de colaboração nas investigações. Almeida diz que a participação da população nas denúncias que resultaram na operação foi fundamental.

Durante as buscas, a polícia encontrou na casa que seria do vereador Airton Camargo (PR) três armas de fogo. O Gaeco informou que o parlamentar precisará apresentar a documentação. Os policiais também recolheram documentos na casa do vereador Julio Cesar Leme da Silva (PMDB).

A reportagem não conseguiu contato com os três vereadores. Eles também não compareceram a sessão ordinária da Câmara na tarde de ontem. Camargo e Leme da Silva enviaram ofício à direção do Legislativo informando que estariam ausentes "por motivos particulares". Já o vereador Mário Seibert não apareceu no plenário e seu gabinete estava fechado na tarde de ontem.

## 13 mandados

de busca e apreensão foram cumpridos durante a operação. Três deles foram em casas de vereadores de Cascavel

07 DEZ 2011

GAZETA DO POVO  
RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER

## Segurança no trânsito é responsabilidade de todos

**P**elas notícias dos jornais de segunda-feira ou após um feriado prolongado, ficamos sabendo dos desastres que ocorreram nas ruas e estradas do Brasil. São histórias chocantes que nos causam indignação. Deixaram de ser acidentes, algo que não se poderia evitar, para se tornarem eventos previsíveis, principalmente quando há uso de álcool ou alta velocidade.

As estatísticas de pagamento do Seguro DPVAT, indenização que cobre todos os brasileiros e estrangeiros em território nacional, sejam pedestres, passageiros ou motoristas, em acidentes de trânsito nos casos de morte, invalidez permanente e reembolso de despesas médicas, revelam uma quantidade imensa de vítimas. De janeiro a outubro de 2011 foram pagas 47.659 indenizações por morte; 186.130 por invalidez permanente; e 56.118 reembolsos de despesas médicas. Mais de R\$ 1.876 milhões foram pagos pelo Seguro DPVAT diretamente para as vítimas ou aos herdeiros legais. Nos primeiros dez meses do ano, considerando apenas a Região Sul, 41% das indenizações por morte em acidentes de trânsito ocorreram no estado do Paraná, o que representa 7% das indenizações por óbito no trânsito pagas em todo o Brasil.

Se perguntarmos a qualquer cidadão brasileiro se ele tem algum familiar ou amigo que sofreu um acidente de trânsito, provavelmente, responderá que sim. É raro

conhecer alguém que não tenha sido vítima ou não tenha perdido uma pessoa próxima no trânsito. Ninguém está imune de sofrer um acidente, mas mesmo com esse risco iminente, englobando toda a sociedade, ainda falta um maior comprometimento da população para aumentar a segurança.

As vítimas com idades entre 18 e 34 anos predominam com 51,27% das indenizações, sendo que cerca de 80% destas são do sexo masculino. Ainda chama mais atenção o fato dos motoristas de motocicletas serem os mais atingidos. Das situações indenizadas, 66% foram decorrentes de acidentes com moto, mas o número fica ainda mais alarmante considerando-se apenas as indenizações por invalidez permanente, visto que 72% das situações que resultaram em seqüela permanente foram em decorrência de acidentes envolvendo este tipo de veículo. Uma queda de uma moto, mesmo em baixa velocidade, já pode causar um sério dano.

As blitz da Lei Seca estão pelas ruas, mas muitos motoristas reclamam da legislação, certos de que não vão causar acidentes com o consumo de álcool. Faz-se urgente mudar essa crença, mas para isso é preciso que haja uma modificação do comportamento dos motoristas brasileiros.

A quantidade de vítimas de acidentes de trânsito parece com a de um cenário de guerra. Considerando os números de indenizações pagas pelo Seguro DPVAT nos pri-

meiros dez meses deste ano foram mais de 289 mil indenizados, uma média de 963 pessoas por dia no Brasil. As estatísticas reforçam que, proporcionalmente à frota, os acidentes com motos deixam mais vítimas, já que os automóveis representam 62,1% da frota nacional de veículos, percentual bem superior aos 26,6% de motos que circulam no país. É estarrecedor observar que nos últimos dez anos cerca de 415 mil pedestres, passageiros e motoristas morreram em acidentes de trânsito, segundo os dados do Seguro DPVAT.

Diante desta realidade terrível, é preciso haver um esforço conjunto das autoridades para promover campanhas educativas de trânsito, intensificar a fiscalização, melhorar as condições das estradas, da sinalização e a formação dos condutores. O Seguro DPVAT repassa 5% de sua arrecadação ao Ministério das Cidades para aplicação em programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito, cujo montante em 2011 será em torno de R\$ 336,5 milhões.

Aliado a isso, cada cidadão pode contribuir para reduzir os acidentes. Mudanças de atitudes, como usar corretamente os equipamentos de segurança, dirigir seguindo os limites de velocidade, cumprir as leis de trânsito e, mais uma vez, não beber ao dirigir, são fundamentais para melhorar a segurança.

**Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, é diretor-presidente da Seguradora Líder DPVAT.**

# TRIBUNA DO PARANÁ

## TJ promove conciliações do DPVAT

Até sexta-feira, das 13h às 18h, o Tribunal de Justiça (TJ) promove cerca de 385 audiências de conciliação sobre o Seguro DPVAT no Palácio da Justiça (Praça Nossa Senhora da Salete s/nº, 2.º andar, Centro Cívico). Conciliadores, peritos médicos e advogados participarão das cinco bancas de conciliação previstas. De acordo com Ricardo Xavier, diretor-presidente da Seguradora Líder DPVAT, administradora do Seguro, a semana é uma oportunidade para solucionar o processo. "Iniciativas como essa são importantes para agilizar o sistema judiciário e auxiliar a vítima a receber seu seguro de maneira mais rápida, visto que avaliamos o processo na hora e o pagamento é feito em até trinta dias", afirma. Devem comparecer às audiências os cidadãos que receberam a comunicação do TJ sobre os encontros.

No Brasil, todo o cidadão que sofre um acidente de trânsito, seja pedestre, passageiro ou motorista, tem direito ao Seguro DPVAT, que indeniza vítimas de acidentes causados por veículos automotores que circulam por terra ou por asfalto, como carros, caminhões, ônibus e motocicletas. As situações indenizadas são morte ou invalidez permanente e, sob a forma de reembolso, despesas comprovadas com atendimento médico-hospitalar.

O pedido para recebimento do Seguro DPVAT é gratuito e o próprio acidentado ou herdeiro pode dar entrada na indenização e reembolso, não sendo necessário o auxílio de intermediários. Porém, muitas pessoas, por não conhecerem as facilidades do acesso ao seguro, recorrem à Justiça para receber a indenização, tornando o processo mais demorado.

07 DEZ 2011

# 07 DEZ 2011

## TRIBUNA DO PARANÁ

### Magistrados

A Escola da Magistratura do Paraná (EMAP) realiza nos dias 12 e 13 de dezembro o segundo Curso Regional de Aperfeiçoamento para Magistrados sobre Administração Judiciária - Gestão de Pessoas. Com a realização dessa capacitação o Tribunal de Justiça do Paraná vai cumprir a meta de qualificação de juizes em administração judiciária. Essa exigência faz parte da Meta B do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabelece a promoção de cursos de capacitação em administração judiciária para pelo menos 50% dos juizes do Estado.

### Trabalho

O nome da ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Rosa Maria Weber Candiota da Rosa foi aprovado por 19 votos favoráveis e três contrários para uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF), em votação que ocorreu na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. Ela foi indicada para ocupar a vaga que foi aberta com a aposentadoria da ministra Ellen Gracie Northfleet. A indicação do nome de Rosa Maria Weber foi encaminhada ao plenário do Senado.

### Duas mil conciliações

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região divulgou números parciais da Semana Nacional de Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), semana passada. O total arrecadado é de R\$ 39 milhões, com atendimento a mais de 5.500 pessoas. As mais de 4 mil audiências, que buscaram o acordo em processos que tramitam em mais de 50 Subseções Judiciárias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, envolviam processos de crédito comercial, SFH, FGTS, benefícios previdenciários e medicamentos, entre outros. Foi obtido acordo em 2.237 negociações.

07 DEZ 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

Baderna

# Na mira do MP

Funcionária da AL que participou de invasão ao plenário é demitida. Rossoni passará identificação dos outros à Justiça

Ana Carolina Bendlin

O presidente da Assembleia Legislativa, Valdir Rossoni (PSDB), demitiu ontem a funcionária Amanda Jacqueline Teixeira, por ter participado da invasão ao plenário segunda-feira. A jovem integrava a Comissão do Mercosul, presidida pelo deputado Professor Lemos (PT). Como ela prestava serviços à Casa, e não a um determinado gabinete, o parlamentar tinha autonomia para exonerá-la.

O deputado também informou que a Procuradoria da Casa está analisando as imagens da invasão e os participantes identificados serão denunciados ao Ministério Público (MP-PR), independente de serem funcionários da Casa ou não. Rossoni não descartou novas demissões. "As medidas serão tomadas de acordo com o Estatuto do Servidor Público em relação àqueles que tiveram atitudes que não condizem com o cargo que exercem", declarou.

O líder da oposição, Enio Verrí (PT), considerou que "politicamente não é uma decisão adequada, porque os ânimos ainda estão exaltados". Mas o petista informou que vai tentar rever a decisão. Já o deputado Professor Lemos (PT) confirmou que indicou Amanda para trabalhar na Comissão e o nome dela foi acatado pelo demais integrantes. Lemos contou que conhecia a estudante de Ciências Sociais de trabalhos anteriores.

Ele relatou que, inicialmente, a viu tirando fotos no plenário. Só depois percebeu que estava junto com os invasores. "Algumas pessoas querem me envolver na situação, mas de modo algum contribuí para que as pessoas adentrassem ao plenário", defendeu-se. Como presidente da Casa, Rossoni declarou não ter visto nenhum deputado incitando manifestantes, mas admitiu erro de alguns funcionários que invadiram o plenário.

Para Lemos, "não se admite que um servidor da Casa invada o plenário. Não dá para dizer que não houve falha da funcionária, mas também não se pode exagerar e pegar alguém de bode expiatório".

07 DEZ 2011

## METRO

### TJ pede explicação sobre taxa do Detran

O desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, Miguel Pessoa, deu prazo de cinco dias para a Assembleia Legislativa dar explicações sobre a aprovação do projeto de lei que aumenta as tarifas do Detran em até 271%.

A oposição entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por considerar que o aumento foi abusivo e que é ilegal destinar o excedente da arrecadação do Detran para a segurança pública.

● METRO CURITIBA

### Projeto quer criar 'bolsa-estupro'

Um projeto de lei em tramitação no Congresso quer pagar um salário mínimo a mulheres estupra- das caso elas decidam não abortar. O pagamento, conhecido como "bolsa-estupro", iria durar 18 anos. O texto, do deputado Henrique Afonso (PT-AC), provocou reclamações de ONGs e do governo. A ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, disse que o projeto é um retrocesso, e trata a violência contra a mulher como monetária.

● METRO

# FOLHA DE LONDRINA TJ condena ex-diretora de Congonhinhas

07 DEZ 2011

O Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná condenou a ex-diretora, do Departamento de Educação de Congonhinhas (Norte Pioneiro) Elizangela Aparecida Fernandes à pena de 3 anos de reclusão, em regime aberto, além de multa, com valor a ser calculado, pela prática de concussão (quando um agente público exige vantagem indevida). A pena de reclusão foi substituída pela prestação de serviços à comunidade e pela proibição de frequentar determinados locais. Segundo o despacho da desembargadora Lídia Maejima "a ré, valendo-se do cargo e ciente da ilicitude da vantagem solicitada, exigiu e apropriou-se das importâncias pagas a título de "taxa" de alunos e professores para que os mesmos pudessem utilizar o transporte escolar, veículo este custeado integralmente com verbas públicas".

Na denúncia, o Ministério Público (MP) afirma que a cobrança irregular ocorreu de agosto de 2005 a dezembro de 2009, quando Elizangela teria cobrado quantias mensais que variavam entre R\$ 45,00 e R\$ 55,00. Segundo trechos do depoimento dado à polícia durante o inquérito e divulgados pelo TJ, a ex-diretora disse que, ao assumir o cargo, "apenas deu continuidade às cobranças de mensalidades que já vinham sendo feitas para o transporte de alunos e professores que residiam no município e estudavam em Cornélio Procopio".

A reportagem da FOLHA tentou falar com Elizangela, mas a pessoa que atendeu o celular, apesar de confirmar ser o telefone da condenada, disse que ela "está em viagem".



# FOLHA DE LONDRINA

Reação

MAZZA

07 DEZ 2011

Ministério Público mostrou a inconveniência do plano de saúde do Judiciário, um escândalo apropriado à sociedade de castas. País de castas e de cotas.

## INFORME

### Aumento de vereadores vetado

Está proibido liminarmente pela Justiça o aumento do número de vereadores da Câmara de Francisco Beltrão. A Casa queria elevar o quadro de 10 para 15. A decisão atende pedido do Ministério Público (MP) do Paraná. O MP sustenta que a fixação do número de cadeiras da Câmara somente poderia ser feita por meio de alteração na Lei Orgânica do Município e não por simples resolução, como ocorreu. O promotor de Justiça Eduardo Alfredo de Melo Simões Monteiro esclareceu que a Câmara tinha competência para adequar o número de parlamentares, mas que a forma como escolheu fazer a alteração era inconstitucional.

## INFORME

### Licitação ameaçada

O Ministério Público (MP) estadual em Barbosa Ferraz (Centro-Ocidental) entrou com um pedido de liminar para suspender uma licitação realizada pelo município para a compra de 480 próteses dentárias. O MP sustenta que encontrou "diversas irregularidades" na condução do processo licitatório, que ao final vai representar um gasto de R\$ 35.520 aos cofres públicos. Entre os problemas apontados pelo MP estaria a ausência de estudo técnico que fundamenta o número de próteses dentárias. O caso está nas mãos na Justiça.

## CLÁUDIO HUMBERTO

"A atuação do Judiciário não substitui a política"

Rosa Maria Weber, futura ministra do Supremo, durante sua sabatina no Senado

## DORA KRAMER

### Abaixo da média

A ministra Rosa Weber, indicada para o Supremo Tribunal Federal, não causou, digamos, a melhor das impressões na sabatina de ontem na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Não fosse o colegiado homologatório e a recusa de uma indicação da Presidência da República para o STF, algo fora dos padrões da amena massa crítica do Parlamento, a ministra correria sério risco de reprovação.

# FOLHA DE LONDRINA

## Redução de crimes

### cometidos por jovens depende da família

Grupo apresenta estudo e  
sugestões para tentar diminuir  
o número de ocorrências  
envolvendo menores de idade

Erika Gonçalves  
Reportagem Local

Londrina - Preparar a família para que esta eduque adequadamente os filhos e assim prevenir as infrações cometidas por adolescentes. Esse foi o diagnóstico levantado pelo Fórum Desenvolve Londrina em 2011, apresentado ontem. O grupo é formado por representantes de 36 entidades e tem como objetivo preparar a cidade para seu centenário, que será comemorado em 2034, desenvolvendo o equilíbrio econômico, social, cultural e ambiental.

O estudo "O adolescente em conflito com a lei - prevenção, ressocialização, medidas socio-educativas" foi realizado durante todo o ano e traçou o perfil do jovem infrator e os motivos pelos quais ele comete infrações. Traz também sugestões para tentar reverter a situação. Para isso, diversos participantes como promotores, delegados, membros de instituições religiosas e de ensino levaram suas experiências para o Fórum.

*'Não é só a questão material que faz com que adolescentes cometam infrações'*

"Um dos nossos objetivos é acabar com alguns equívocos, como o de que o Estatuto da Criança e do Adolescente só dá direitos. Precisamos repensar como reduzir o crescimento da violência. Para isso, a questão principal é a família", destaca o presidente do Fórum, Clóvis Coelho.

Na opinião dele, muitas famílias estão terceirizando a educação dos filhos para a escola, que por sua vez repassa essa obrigação para o Estado, na figura de juízes e promotores. "A educação é o principal, mas falta tudo para essas crianças e adolescentes. Talvez o poder público esteja fazendo sua parte, mas não como deveria. Por outro lado, a população deve cobrar e também participar. A família deve dar limites e não deixar isso para a escola", insiste.

Cláudio Tedeschi, integrante do Fórum, ressalta que não é só a questão material que faz com que adolescentes come-

tam infrações, mas também a falta de valores. "Temos países mais pobres, onde o índice de violência é bem menor."

Além da educação, diversos outros fatores foram elencados para ajudar a resolver o problema. Políticas públicas, gestão integrada de órgãos de apoio à criança e ao adolescente, prevenção às drogas, punições exemplares, mudanças na legislação e criação de oportunidades e vagas de trabalho são alguns deles.

O estudo também traz um modelo de ação desenvolvido em Sorocaba, no interior paulista. De acordo com Coelho, a cidade foi escolhida por ter um número de habitantes parecido com Londrina e por ter apresentado resultados significativos em curto espaço de tempo. "Várias secretarias trabalham em conjunto e o foco são as comunidades mais carentes. Assim, se uma nova biblioteca for instalada, será no lugar onde não haja nenhuma", exemplifica.

**CONTINUA**

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

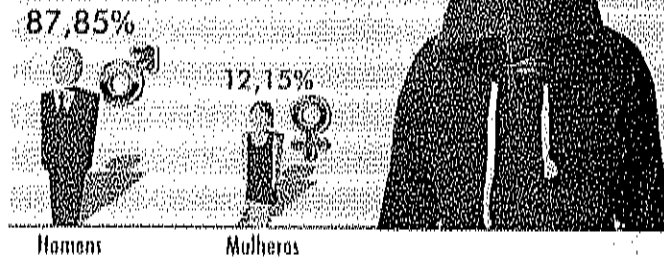
### CRIMINALIDADE

# 07 DEZ 2011

### Perfil do adolescente

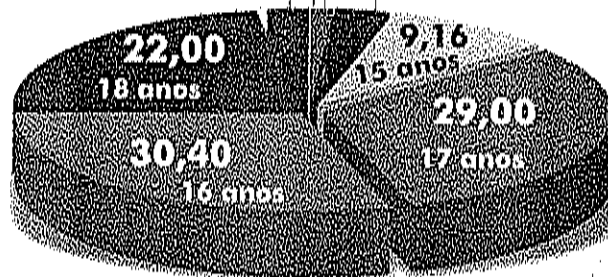
#### QUEM É O JOVEM QUE COMETE ATOS INFRACIONAIS EM LONDRINA

#### SEXO



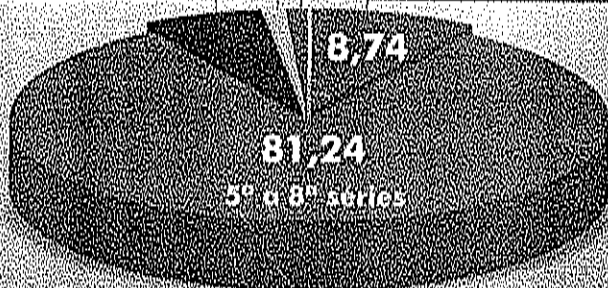
#### IDADE (%)

0,40	12 anos	2,90	14 anos
2,30	19 anos	0,80	13 anos

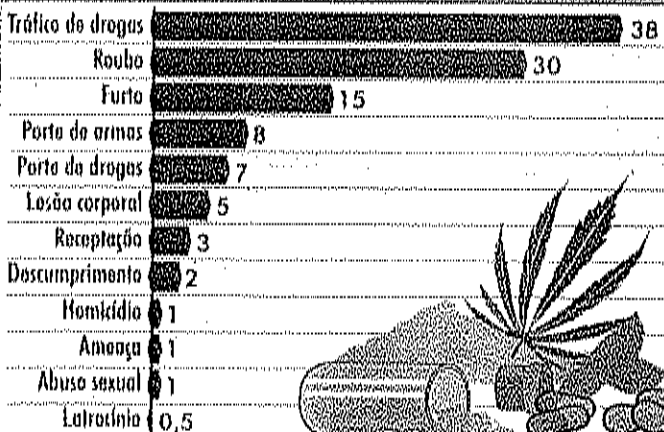


#### ESCOLARIDADE (%)

0,21	Ensino Superior	0,21	Concluiu o Ensino Médio
6,40	Ensino Médio		1º a 4º séries



#### ATO INFRACIONAL (%)



CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

07 DEZ 2011

## *Adolescentes respondem por mais de 30% das autuações*

**Londrina** - Londrina possui 47.558 pessoas com idade entre 12 e 17 anos, o equivalente a 9,4% da população total e esse contingente responde por 32% a 34% dos casos de autuações registradas pela Polícia Civil. De acordo com a pesquisa realizada pelo Programa Murialdo e divulgada no Fórum Desenvolve Londrina, 40% deles enfrentam problemas com a Justiça aos 16 anos, 20% com 15 anos e 20% com 17 anos.

Os números coincidem com o gargalo da educação, pois enquanto 81,24% dos adolescentes que tiveram alguma passagem pela polícia estudaram o ensino fundamental, esse percentual cai para 6,4% do total, com um índice de conclusão do ensino médio de apenas 0,21%.

A pesquisa aponta que 76% cometeram um ato infracional, 22% cometeram dois e 2% cometeram mais de dois atos. Cerca de 38% dos atos infracionais são relacionados ao tráfico de drogas, 30% são de roubos, 15% por furto, 8% por porte de armas, 7% são relacionadas ao porte de drogas e 5% por lesão corporal.

O Fórum Desenvolve Londrina obteve dados junto ao Cartório da Vara da Infância e Juventude de Londrina e constatou que em 2005 fo-

ram registrados 1.147 infrações cometidas por adolescentes. O volume de infrações caiu em 2006 e 2007 e voltou a subir em 2008, com 103 casos registrados e em 2009, com 1,3 mil infrações.

Para o promotor da Vara da Infância e Juventude de Londrina, Márcio Luiz Bergantini, a sociedade não está preocupada com o problema do adolescente. "Cerca de 90% não acredita na legislação e ao mesmo tempo a sociedade não proporciona oportunidades de emprego para os adolescentes", reclama.

Bergantini argumenta que a sociedade é "segregadora", pois acredita que o problema do tráfico de drogas e de furtos e roubos pode ser resolvido com o encarceramento das pessoas. "Esses adolescentes enfrentam problemas de estrutura familiar e amontoando esses jovens não ajuda em nada", aponta.

Para o promotor, quem cobra justiça geralmente não faz nada para melhorar a situação. Ele relata que é difícil identificar os traficantes que aliciam esses adolescentes como mulas do tráfico, pois geralmente esses jovens não denunciam quem está por trás deles. "Traficante não põe a mão em droga", destaca. (V.O.)

CONTINUA

# FOLHA DE LONDRINA

## Programa atende 12 mil paranaenses

CONTINUAÇÃO

07 DEZ 2011

Londrina - Um dos mais importantes programas de inclusão no mercado, o Jovem Aprendiz atende hoje cerca de 12 mil paranaenses. Para a promotora do Ministério Público do Trabalho, Mariane Josziak, o número é considerado pequeno diante da quantidade de adolescentes que vivem no Estado. Por isso, ela pede que mais empresários participem do programa. "Trata-se de uma lei de cunho social, pois o adolescente aprende uma profissão dentro de uma empresa", destaca.

O programa atende um público de jovens entre 14 e 24 anos, que podem trabalhar no máximo seis horas diárias e que já tenham concluído o Ensino Fundamental.

A promotora sugere que a criminalidade entre adolescente pode ser reduzida se forem implantadas melhorias nas escolas, além da criação de mais instituições de ensino que ofereçam ensino integral. "Se o Bolsa Família incluisse a possibili-

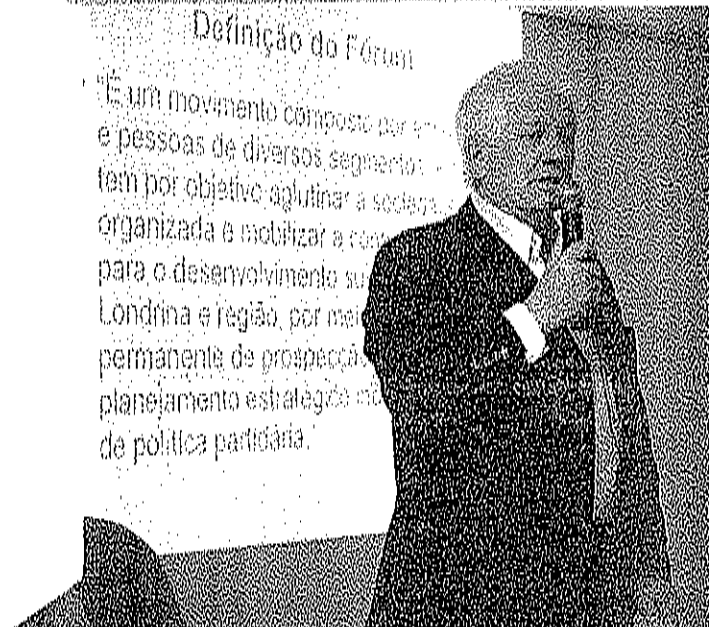
dade dos pais também seriam obrigados a frequentar um curso melhoraria o quadro, pois pesquisas apontam que quanto maior a escolaridade dos pais, maior a possibilidade dos filhos estudarem", destaca.

O governo do Paraná mantém dois programas voltados aos adolescentes que cometeram atos infracionais. O programa Adolescente Aprendiz de Qualificação Profissional é voltado a adolescentes entre 14 e 18 anos incompletos que cumprem medidas socioeducativas. Oferece qualificação profissional em serviços administrativos visando a ressocialização e o encaminhamento desses jovens ao mercado de trabalho.

Outra iniciativa é o Programa de Educação nas Unidades de Socioeducação (Produce) cujo objetivo é a garantia de escolarização básica a estudantes que estão em conflito com a lei. É realizado em parceria com as secretarias estaduais de Educação e da Família e Desenvolvimento Social. (Vitor Ogawa)

### Definição do Fórum

"É um movimento composto por e pessoas de diversos segmentos, tem por objetivo aglutinar a sociedade organizada e mobilizar a cooperação para o desenvolvimento sustentável da Londrina e região, por meio de uma permanente de prospecção e planejamento estratégico e de política partidária."



"Um dos nossos objetivos é acabar com alguns equívocos, como o de que o ECA só dá direitos", destaca o presidente do Fórum, Clóvis Coelho

07 DEZ 2011

## FOLHA DE LONDRINA

### CARGO PÚBLICO

*Fui aprovada em um concurso público. Agora que fui chamada para fazer os exames admissionais, descobri que estou grávida. Eles podem me impedir de assumir a minha vaga? Quais providências posso tomar caso tentem me impedir?*

A candidata não pode ser impedida de assumir um cargo público em função de sua gravidez. Caso um impedimento como esse ocorra, estar-se-á diante de uma verdadeira discriminação por parte do ente público contratante.

Dependendo do cargo, o que pode vir a ser um problema para uma gestante é um eventual teste de aptidão física; os Tribunais não autorizam a alteração na data de um teste como esse em função de a candidata estar grávida, pois poderia ferir o princípio da Isonomia.

Caso o ente público impeça a candidata de assumir o seu cargo em função de estar em período de gestação, a mesma deve buscar o auxílio da defensoria pública ou de um advogado a fim de, por meio de um Mandado de Segurança, resguardar os seus direitos.

**Gabriel Nogueira Miranda**  
advogado (Londrina)

# CNJ pode quebrar sigilo fiscal e bancários de juízes

## CONJUR 06 DEZ 2011

Por Rogério Barbosa

A Corregedoria Nacional de Justiça tem competência para quebrar o sigilo bancário e fiscal de integrantes do Judiciário, em processos administrativos, mesmo sem autorização judicial, como prevê o artigo 8º, inciso V, do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça. É com base nesta permissão que a Corregedoria decidiu verificar a evolução patrimonial de integrantes do Tribunal de Justiça de São Paulo para saber se há compatibilidade dos bens declarados com os seus rendimentos.

O juiz auxiliar **Erivaldo Ribeiro dos Santos** afirma que a Corregedoria é o único órgão administrativo que tem poder para quebrar sigilo fiscal sem pedir autorização judicial para isso. Segundo ele, esse poder advém da Emenda Constitucional 45 que prevê em seu artigo 5º, parágrafo II: "Até que entre em vigor o Estatuto da Magistratura, o Conselho Nacional de Justiça, mediante resolução, disciplinará seu funcionamento e definirá as atribuições do Ministro-Corregedor". O artigo 8º, Inciso V do Regimento Interno do CNJ dá poderes à Corregedoria Nacional de Justiça para "requisitar das autoridades fiscais, monetárias e de outras autoridades competentes informações, exames, perícias ou documentos, sigilosos ou não, imprescindíveis ao esclarecimento de processos ou procedimentos submetidos à sua apreciação, dando conhecimento ao Plenário".

Segundo Ribeiro dos Santos, há indícios de irregularidades na folha de pagamento de 18 tribunais no país, que terão a folha de pagamento inspecionada pelo CNJ ao lado de uma equipe do Tribunal de Contas da União e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Nesta semana, além do TJ paulista, as diligências se darão no Tribunal de Justiça Militar de São Paulo e do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas).

No Tribunal de Justiça de São Paulo, segundo Erivaldo dos Santos, os elementos que motivaram a diligência são da época da gestão do desembargador Viana Santos, morto em janeiro de 2011, aos 68 anos.

Não há motivos concretos para a inspeção começar pelo TJ de São Paulo, de acordo com Erivaldo Ribeiro dos Santos. "É sempre um aprendizado começar por São Paulo, por sua amplitude, mas não há uma razão específica para a escolha", declarou à **ConJur**. Segundo ele, o CNJ também vai passar pelos Tribunais de Justiça da Bahia e do Ceará e mais 15 outros tribunais.

### **Repercussão**

No TJ paulista, o Conselho Nacional de Justiça tem indícios de que 17 desembargadores receberam verbas que não foram pagas aos demais integrantes da corte, como noticiou a

**CONTINUA**

**CONTINUAÇÃO**

**CONJUR 06 DEZ 2011**

*Folha de S.Paulo*, nesta terça-feira (6/12). O CNJ quer descobrir os responsáveis pelos pagamentos e os seus motivos.

“Não basta dizer que o juiz recebeu um benefício ou adicional e outros não. É preciso dizer a que se referem estes valores. Há colegas que em determinado mês recebem, por exemplo, férias atrasadas, enquanto outros não. É preciso ser claro na notícia”, declarou o desembargador **Luiz Felipe Nogueira**, integrante da 37ª Câmara de Direito Privado. Para ele, o CNJ deveria divulgar a lista de desembargadores, para que não se generalizar e estigmatizar a classe.

O desembargador **Amural Vieira**, da 16ª Câmara de Direito Público, disse que o Supremo Tribunal Federal autorizou que os juízes recebam férias atrasadas em dinheiro, “já que os tribunais não têm condições de conceder estas férias a todos os desembargadores. Além disso, o tribunal também não tem condições de pagá-las de uma vez a quem tem direito, por isso paga-se de forma fracionada”.

Um integrante da corte que não quis se identificar disse que “pode parecer absurdo dizer que um desembargador recebeu R\$ 50 mil em um mês, mas isso pode referir-se a três, quatro, cinco férias atrasadas. Não basta dizer que o desembargador recebeu R\$ 50 mil”. Em relação à quebra de sigilo bancário, entende que é necessária uma decisão judicial para isso. “Aqui não é a Alemanha nazista.”

*Notícia atualizada às 17h02 desta terça-feira (6/12) para acréscimo de informações.*



# CONJUR

## STF analisará tributos sobre crédito

### presumido do IPI

06 DEZ 2011

O Plenário do Supremo Tribunal Federal reconheceu a repercussão geral do recurso em que se discute a possibilidade de o crédito presumido do IPI, decorrente de exportações, integrarem a base de cálculo do PIS e da Cofins. No recurso, de relatoria do ministro Joaquim Barbosa, a União questiona decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região o qual entendeu que os créditos recebidos por uma empresa de equipamentos agrícolas não constituem renda tributável pelo PIS e Cofins quando derivados de operação de exportação.

Instituído pela Lei 9.363/96, o crédito presumido do IPI prevê o ressarcimento de valores pagos pelo produtor, relativos à incidência do PIS e da Cofins sobre as aquisições, no mercado interno, de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, que serão utilizados no processo produtivo dos bens destinados à exportação. A norma visa desonerar a cadeia produtiva, contribuindo assim com a competitividade das empresas brasileiras no mercado internacional.

A discussão sobre a possibilidade de incluir o crédito na base de cálculo dos tributos destinados ao custeio da Seguridade Social se dá à luz do dispositivo constitucional que prevê a não incidência de contribuições sociais sobre as receitas decorrentes de exportação (inciso II, parágrafo 2º, artigo 149, da Constituição). A questão envolve ainda outros dois artigos da Carta Magna: o 150, que limita a concessão de subsídios ou isenções tributárias, permitidos apenas mediante lei específica (parágrafo 6º) e o 195, o qual prevê que a Seguridade Social será financiada, em parte, pelas contribuições incidentes sobre a receita ou o faturamento de empresas.

Para o ministro Joaquim Barbosa, a discussão transcende os interesses das partes, "na medida em que há um expressivo número de empresas exportadoras que gozam do benefício fiscal cuja expressão econômica a União pretende tributar". "Do ponto de vista econômico e de comércio exterior, a definição da base de cálculo da Cofins e da contribuição ao PIS para as empresas exportadoras é relevante, na medida em que as exonerações tributárias são instrumentos importantes de calibração dos preços e, conseqüentemente, da competitividade dos produtos nacionais", destacou o relator, ao se manifestar pela existência de repercussão geral na matéria constitucional suscitada no recurso.

No Recurso Extraordinário levado ao Supremo, a União contesta o acórdão do TRF-4, sustentando que o crédito presumido do IPI enquadra-se no conceito de receita bruta, devendo, portanto, integrar a base de cálculo das contribuições ao PIS e Cofins devidas pela empresa exportadora. *Com informações da Assessoria de Imprensa do STF.*

**RE 593.544**